

ENCONTRO DE ESTUDOS ESPORTIVOS

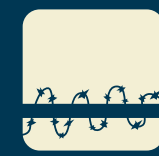
O ESPORTE E AS LUTAS SOCIAIS



MENU



EIXO 1



EIXO 2



EIXO 3



EIXO 4



EIXO 5

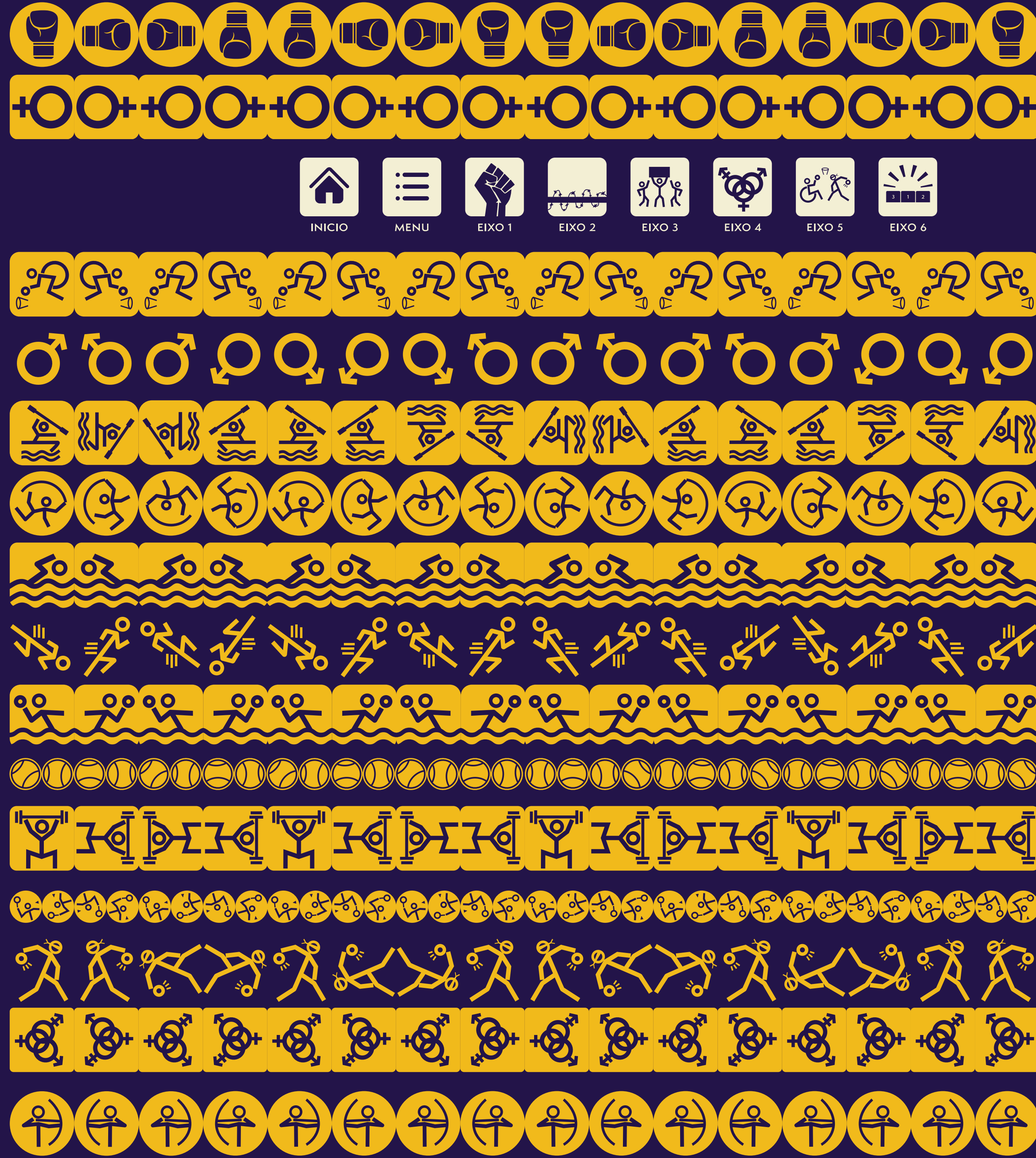


EIXO 6

DE 14 A 30 DE JULHO
QUARTAS E SEXTAS-FEIRAS, ÀS 18H

NO CANAL
[YOUTUBE.COM/SESCPOMPEIA](https://www.youtube.com/sescpompeia)

L

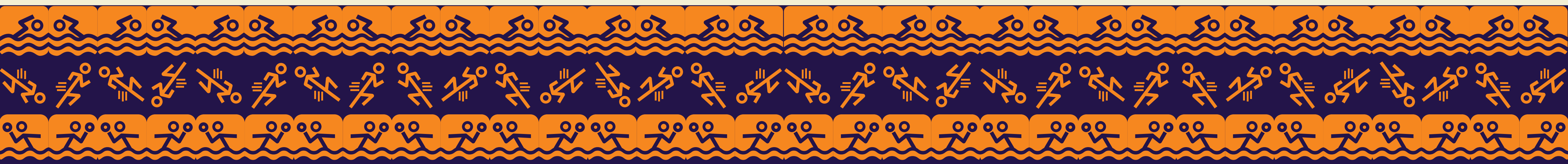




SUMÁRIO



4	ENCONTRO DE ESTUDOS ESPORTIVOS: O ESPORTE E AS LUTAS SOCIAIS	32	EIXO 4 – AS QUESTÕES DE GÊNERO: ELES, ELAS E NÓS TODES
5	JOGOS OLÍMPICOS: OS ESPORTES E AS LUTAS SOCIAIS NO ÚLTIMO SÉCULO	44	EIXO 5 – QUANDO OS MODELOS NÃO CABEM: OUTROS CORPOS E CAMPEONATOS
16	EIXOS TEMÁTICOS	53	EIXO 6 – ENTRE (NÃO) VENCER E TORNAR-SE HERÓI
17	EIXO 1 – QUANDO SER JÁ É UM ATO POLÍTICO	59	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
22	EIXO 2 – FORA DE CASA: MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS	61	PROGRAMAÇÃO
27	EIXO 3 – CIDADES-SEDE E AS RUAS DE PROTESTOS	72	FICHA TÉCNICA



ENCONTRO DE ESTUDOS ESPORTIVOS: O ESPORTE E AS LUTAS SOCIAIS

Considerado um dos maiores eventos esportivos do planeta, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão foram, e ainda são, um desses laboratórios de experimentos e disputas sociais, por abrigar modos de ser e de viver diversos e, também, por atrair a atenção de pessoas ao redor do mundo para pautas emergentes.

Desde 1896, com a primeira

edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, o esporte testemunhou, vivenciou e protagonizou avanços tecnológicos e socioculturais; vitórias e derrotas; quebra de recordes e preconceitos, assim como a consagração e o fracasso de atletas, tanto por seu desempenho esportivo quanto por sua representatividade social e política.

A dimensão esportiva no Sesc, por sua vez, constitui um amplo espectro de possibilidades de ação, com espaços planejados para a oferta de práticas continuadas e eventuais. Em consonância com sua política institucional, alicerçada em valores como sociabilização, autonomia, respeito à diversidade e acolhimento aos diferentes, essas mesmas ações buscam contribuir com os fundamentos de uma sociedade plural e aberta à participação de todos.

É nesse contexto que se insere o Encontro de Estudos Esportivos: o esporte e as lutas sociais, uma série de atividades virtuais, gratuitas, com o objetivo de fomentar reflexões e

diálogos sobre as memórias e perspectivas do esporte no âmbito dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos e suas interfaces com potenciais reivindicações de parcelas excluídas e invisibilizadas da população.

Para o Sesc, trata-se de uma oportunidade de difundir a cultura esportiva em amplos aspectos, extrapolando o campo das práticas físico-esportivas, para reafirmar seu compromisso com o debate plural de temas e agendas de interesse público, a fim de contribuir para o bem viver e a qualidade de vida dos cidadãos.

Sesc São Paulo



JOGOS OLÍMPICOS: OS ESPORTES E AS LUTAS SOCIAIS NO ÚLTIMO SÉCULO

Aira Bonfim e José Paulo Florenzano

A versão moderna dos Jogos Olímpicos foi concebida para ser um evento singular do calendário esportivo mundial, um grande festival para o conagraçamento das nações. Ao longo do século xx, as competições olímpicas cresceram em tamanho e importância, transformando-se no "maior espetáculo da Terra", capaz de atrair e entreter

uma audiência planetária. Atletas e equipes de destaque em inúmeras modalidades esportivas e representantes de centenas de países acentuam a grandiosidade e simbolismos desse encontro quadrienal, cuja primeira edição remonta ao final do século xix, mais precisamente ao ano de 1896.



INICIO



MENU



EIXO 1



EIXO 2



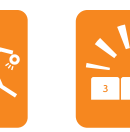
EIXO 3



EIXO 4



EIXO 5



EIXO 6

A competição esportiva que se pretendia “pura”, isto é, não contaminada por interesses políticos e comerciais, direcionada exclusivamente para o engrandecimento da cultura física universal, com o passar dos anos, ver-se-ia obrigada a rever e transigir em relação aos próprios princípios e ideais, abrindo-se progressivamente para a participação dos grupos minoritários que ela havia inicialmente excluído do evento, a saber: mulheres, pobres e negros.

Apesar das representatividades alcançadas no decorrer de mais de um século de

competição, tamanho crescimento não poderia deixar de vir acompanhado de mudanças radicais na estrutura organizacional e na arquitetura econômica e social de um evento tão dinâmico e multifacetado, constituído em um espaço privilegiado das disputas simbólicas em curso no mundo contemporâneo. Celebração das potencialidades humanas, revestida de elementos míticos e ritualísticos reinventados no contexto da modernidade, a competição abriga e expressa as complexas realidades de um mundo em contínua transformação.

Ao longo de mais de um século de existência, os Jogos Olímpicos produziram imagens icônicas, exaltaram heróis olímpicos, atraíram investimentos milionários das empresas patrocinadoras, convertendo-se no modelo por excelência dos assim denominados megaeventos. O “uso político dos esportes” também foi uma constante na história dos Jogos. Se, por um lado, eles foram instrumentalizados para os mais diversos objetivos político-ideológicos, como, por exemplo, o da afirmação da supremacia racial

durante a ascensão do regime nazista, ou, mais adiante, na disputa entre capitalismo e comunismo no contexto da Guerra Fria, por outro, abrigaram os protestos promovidos pelos grupos sociais que se sentiam marginalizados dentro dos estados nacionais, colocando em questão as identidades coletivas definidas e cristalizadas pelos discursos hegemônicos.

Ao promoverem o encontro entre os/as melhores atletas do mundo, reunidos em um evento presumidamente situado acima e fora

dos embates em curso na sociedade mais abrangente, os idealizadores dos Jogos acreditavam atravessar as turbulências políticas produzidas pela história, salvaguardando, intacto, o “espírito olímpico”. Elevado à condição de dogma central do movimento esportivo, ele ensejava a idealização de uma prática lúdica depurada das questões de gênero, “raça” e classe, entre outras questões responsáveis pelas desigualdades sociais.

De acordo com o ambientalista e líder indígena, Ailton Krenak, as

mais conhecidas e consolidadas instituições mundiais foram forjadas a partir de uma noção ultrapassada de humanidade, que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existências e de hábitos. Sendo assim, podemos nos colocar a seguinte questão: como manter nossa coesão como humanidade nos olimpismos futuros?



INICIO



MENU



EIXO 1



EIXO 2



EIXO 3



EIXO 4



EIXO 5



EIXO 6

TÓQUIO 2020 e O ENCONTRO DE ESTUDOS ESPORTIVOS

Esta programação tem por objetivo principal dar luz, imagem e voz para os debates emergentes proporcionados pela nova edição do evento esportivo mais importante do mundo, a ser realizado na cidade de Tóquio em 2021.

Tratava-se, no final de 2019, de promover os referidos debates no

contexto de uma proposta curatorial expositiva, com conexões interdisciplinares entre pesquisadores do esporte e artistas visuais brasileiros. Em face, porém, de uma crise sanitária pandêmica cuja eclosão não de poderia prever, o projeto foi remodelado para realização inteiramente digital.



INICIO



MENU



EIXO 1



EIXO 2



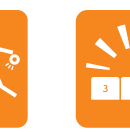
EIXO 3



EIXO 4



EIXO 5



EIXO 6

Por meio das criações e encontros on-line com pesquisadores, ativistas e atletas, o “Encontro de Estudos Esportivos: o esporte e as lutas sociais” tem o desejo de destacar personagens e revelar histórias emblemáticas das questões cruciais do nosso tempo, abordando os temas transversais aos Jogos Olímpicos que mobilizaram os agentes esportivos e promoveram avanços significativos na construção de uma sociedade democrática.

Se os atletas olímpicos são historicamente reconhecidos como exemplos de determinação e superação dentro dos espaços de competição, convém formularmos a seguinte pergunta: como o público espectador reinterpreta, no cotidiano da vida social, os ideais, as práticas e os valores dramatizados nas mais diferentes modalidades esportivas? Em outras palavras: como se vê o cidadão comum que acorda, vive e sobrevive em uma realidade adversa que o desafia, a todo instante, a superar as próprias forças?

Nessa perspectiva, o projeto curatorial tem como objetivo transpor as fronteiras epistemológicas – reinterpretando, em uma nova moldura analítica, as performances olímpicas no dia a dia das pessoas comuns e dos movimentos sociais – e, inversamente, colocar em relevo a trajetória de atletas que ascenderam social e esportivamente a partir de condições materiais de existência extremamente

desfavoráveis. Trata-se, portanto, de problematizar o espelho no qual as imagens dos ícones e das plateias se encontram refletidas.

Nesse sentido, a programação cultural-esportiva a ser realizada em torno de uma série de encontros virtuais e produções textuais constitui um ponto de articulação e debate dos inúmeros temas suscitados pela maior competição esportiva do mundo. Com efeito,

a livre possibilidade de troca de ideias e acesso aos marcos históricos das edições olímpicas nos possibilitam o aprofundamento da percepção crítica acerca dos dilemas e contradições da vida social que muitas vezes irrompem em uma pista de atletismo, quadra de basquete ou campo de futebol.

A PANDEMIA 2020 E OS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS DE TÓQUIO EM 2021

Conforme salientava o líder do movimento contra o *apartheid*, e ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela, no ano 2000: “Os esportes têm o poder de mudar o mundo”. Mas, no caso de ser o mundo a mudar, como ficam os esportes? A pandemia da Covid-19 pode ser considerada um fato social total, conforme o conceito formulado no início do século passado pelo sociólogo francês Marcel Mauss. Com efeito, não há esfera da sociedade que não tenha sido profundamente

impactada por essa doença infecciosa causada por um coronavírus recém-descoberto. De uma maneira ou de outra, as múltiplas dimensões que constituem a vida social tiveram que redefinir suas atividades, seja paralisando-as para retomá-las plenamente em um futuro aguardado com sofreguidão, seja reinventando-as de acordo com as restrições impostas pela nova realidade.

O esporte, não resta dúvida, também foi duramente atingido pela pandemia, e isto sob todos

os aspectos: econômico, político, cultural. Como sempre, diante de situações extremas, os campos sociais revelam pontos de fragilidade insuspeitados, bem como a potência de ação dos agentes históricos. Ao mesmo tempo, alguns processos são interrompidos; outros, intensificados. O quadro, portanto, apresenta-se bastante nuançado, repleto não só de possibilidades de novos desenvolvimentos, mas também de riscos importantes.

Ora, das duas, uma: ou os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Tóquio 2020, transferidos para julho e agosto de 2021, passarão para a história como um marco no controle da contaminação, com protocolos rígidos e esquemas de segurança replicados posteriormente para os demais eventos de mesma proporção, ou, ao contrário, serão lembrados, e lamentados, como um evento hiperdisseminador do novo coronavírus. Mas, além da conjectura relativa ao sucesso ou

fracasso sanitário do evento, uma outra questão se impõe no atual debate, a saber: não estariam as entidades esportivas mundiais, bem como o mercado, expondo uma das mais importantes confraternizações atléticas ao risco de um grande esvaziamento simbólico?

A celebração da tradição olímpica moderna, a despeito de suas contradições históricas, esteve sempre entrelaçada na performance pública de seus atletas e no reconhecimento de um público

espectador ansioso por gestos habilidosos, surpreendentes e heroicos – aspectos constitutivos de uma experiência cuja origem remonta à Grécia antiga. Em um mundo doente, instável e sem condições igualitárias de recuperação, seria possível manter os valores olímpicos da competição ou, ainda, esvaziá-la de sentido para o cumprimento de uma agenda complexa de compromissos comerciais?

Os valores olímpicos, no século xx, foram redefinidos em um contexto histórico que exigia ações globais humanizadoras em face dos conflitos recentes. Nada melhor que o fenômeno social e material representado pelos esportes – e, conseqüentemente, pelo olimpismo – para promover e amplificar a reconciliação entre os povos, após a experiência traumática das duas grandes guerras mundiais. Amizade, compreensão mútua, respeito, igualdade e solidariedade são exemplos de valores disseminados durante as competições. Nesse sentido, não há como evitar a indagação: em 2021, no momento em que se registram mais de 174 milhões de pessoas contagiadas pela Covid-19 e mais de 3,7 milhões de mortes em

todo o mundo até meados de junho, seria apropriada a realização dos Jogos Olímpicos em um cenário de luto e poucas comemorações?

As paralisações recorrentes nas competições esportivas, verificadas desde a eclosão da pandemia, têm modificado a dinâmica instituída nos eventos, o planejamento e a preparação desenvolvida nas equipes, a estratégia elaborada pelos atletas. A ruptura do quadriênio dos Jogos Olímpicos, a ausência de público e as condições desiguais de participação e imunização de atletas, voluntários e do público espectador são apenas alguns dos elementos postos em evidência pela atual edição do evento. Quebra-se o ciclo olímpico, o ritmo da atividade, o condicionamento físico e mental

dos atletas, aumentando-se a chance de contusão. Cria-se um círculo negativo que atinge o campo esportivo como um todo, penalizando, porém, os agentes e as agências mais vulneráveis de maneiras desiguais.

Citemos um exemplo eloquente. Maior campeão da história da natação paralímpica, devido à pandemia da Covid-19, Daniel Dias não consegue participar de uma competição desde 2019. Por ocupar uma posição marginal no campo esportivo, a Paralimpíada enfrenta, no contexto atual, maiores dificuldades para retomar as atividades em comparação com a norma representada pela Olimpíada.

Considerando que a promoção do espírito coletivo, da participação em massa, do intercâmbio cultural e da compreensão internacional é valor preconizado pela tradição olímpica em todas as edições anteriores, somos levados a concluir que a realização paradoxal do evento de Tóquio 2020, em meio à pandemia da Covid-19, acaba, de certa forma, por desmitologizar os sentidos do olimpismo. Visto sob esse prisma, não resta dúvida, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Tóquio 2020 serão únicos na história.

Comemorações vencedoras reduzidas ao silêncio dos estádios e das arenas ou, talvez, a proibição pura e simples do abraço e do aperto de mãos entre adversários em meio a protocolos de distanciamento social; o veto à presença de torcedores, entre outras medidas restritivas, constitui alguns dos fatores característicos da paisagem social dos Jogos Olímpicos que serão realizados em 2021. De fato, a pandemia converte o que era excepcional – a ausência de público nos estádios – em norma, naturalizando, pouco a pouco, a nova

realidade. A interação entre atletas e torcedores, elemento-chave de qualquer configuração esportiva, deixa de existir, modificando negativamente a dinâmica do evento.

De resto, a própria sociedade japonesa parece temer as consequências de Tóquio 2020, reforçando as incertezas sobre as condições de sua realização. Ainda não há nada certo, tampouco definitivo para a edição de 2021. Continuamos em *pleno nevoeiro*, consoante a bela metáfora sugerida pelo arquiteto Guilherme Wisnik.



INICIO



MENU



EIXO 1



EIXO 2



EIXO 3



EIXO 4



EIXO 5



EIXO 6

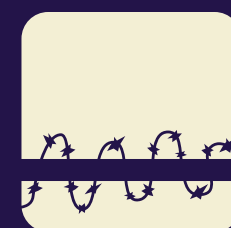
Qual, então, o significado deste encontro? Certamente, não apenas o de ampliar o horizonte teórico da análise sobre o esporte de alto rendimento, mas, sobretudo, o de proporcionar ao público a oportunidade de distinguir mais claramente as questões dentro do nevoeiro, assegurando-lhe o distanciamento crítico necessário

para avaliar o sistema de significados que confere sentido ao comportamento humano, orientado, de resto, pelo exercício constante do pensamento, única forma de divisarmos a saída.

EIXOS TEMÁTICOS



EIXO 1



EIXO 2



EIXO 3



EIXO 4

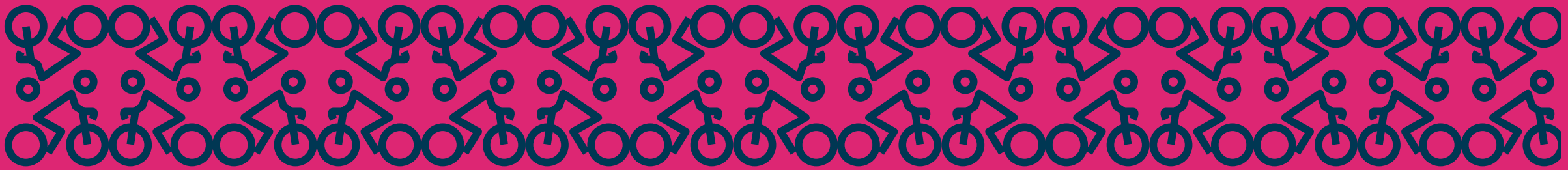
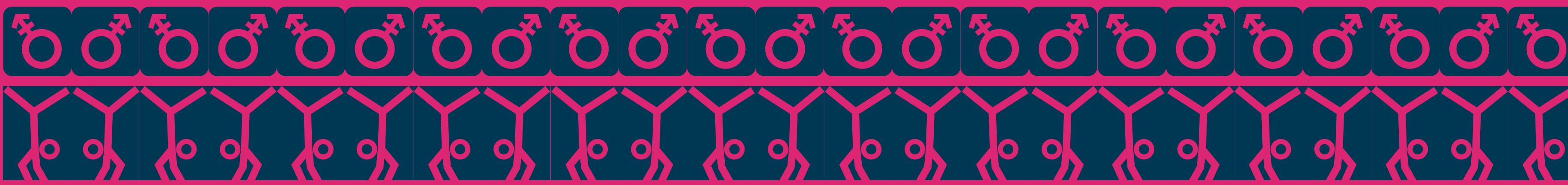


EIXO 5



EIXO 6





EIXO 1 = QUANDO SER JÁ É UM ATO POLÍTICO

Os Jogos Olímpicos tradicionalmente se afiguram como o evento privilegiado para a expressão do nacionalismo. Toda a parafernália simbólica que o envolve é acionada por ocasião da entrega de medalhas: o hastear da bandeira, a execução do hino, o uniforme do atleta. Todavia, as minorias

também utilizam o contexto ritualístico proporcionado pelos Jogos para veicular uma mensagem de contestação, perturbando, dessa maneira, o quadro de referência no qual comumente se desenrola a cena de exaltação da figura do herói olímpico.



INICIO



MENU



EIXO 1



EIXO 2



EIXO 3



EIXO 4



EIXO 5



EIXO 6

A história dos Jogos Olímpicos, nesse sentido, encontra-se marcada, de um lado, pelas sucessivas tentativas de instrumentalização das competições por estados nacionais e, de outro lado, pela conversão da arena esportiva em palco privilegiado de expressão e afirmação dos agrupamentos minoritários na sociedade civil.

A performance de **Jesse Owens** (1913-1980), em 1936, nos Jogos Olímpicos de Berlim, constitui decerto o exemplo mais ilustrativo do duplo estatuto que envolvia os competidores pertencentes à

minorias raciais nos Estados Unidos, ao mesmo tempo classificados nas categorias de atleta e de afro-americano. As quatro medalhas de ouro arrebatadas pelo atleta nas pistas de atletismo adquiriram, de um lado, o valor simbólico de uma contestação às teses da supremacia branca defendidas pelo regime nazista, mas, de outro, permitiram problematizar os ideais de liberdade e igualdade ligados à democracia estadunidense, cujos mecanismos legais dificultavam o exercício dos direitos políticos pela comunidade afro-americana.

Convém lembrar que, após as competições de Berlim, Jesse Owens não foi recebido pessoalmente por Franklin Roosevelt, presidente dos Estados Unidos, como aconteceu com os demais atletas olímpicos daquela edição. Além disso, os velocistas **Sam Stoller** (1915-1985) e **Marty Glickman** (1917-2001), os dois únicos judeus na delegação estadunidense, foram retirados da disputa do 4 x 100 m na manhã do dia da final, exclusões que suscitaram acusações de antissemitismo ao Comitê Olímpico dos Estados Unidos, à época presidido por **Avery Brundage** (1887-1975). De acordo com as especulações da época, o referido presidente queria poupar Adolf Hitler do constrangimento de entregar duas medalhas de ouro

aos atletas judeus, caso a favorita equipe americana vencesse a prova.

Com efeito, um breve salto no tempo nos permite recolocar a questão sob um novo prisma, focalizando as contradições internas ao Estado-nação. De fato, nos Jogos de 1968, realizados na Cidade do México, dois atletas afrodescendentes, **Tommie Smith** (1944) e **John Carlos** (1945), transformaram a performance esportiva em performance política, reproduzindo, no pódio, os gestos icônicos do *Black Power*. A mensagem não comportava nenhuma dúvida: tratava-se de lembrar ao *establishment* da maior democracia do mundo que as promessas de igualdade e liberdade não haviam sido concretizadas para a minoria negra no país.

Os exemplos podem ser multiplicados e atualizados, abrangendo gênero, classe, orientação sexual, entre outras questões colocadas na agenda global pelos movimentos sociais. De um modo geral, eles permitem avaliar quanto o princípio do apoliticismo defendido pelos idealizadores dos Jogos Olímpicos encontra-se imerso em tensões e contradições, provenientes tanto dos grupos hegemônicos engajados na preservação das hierarquias sociais, quanto dos grupos minoritários que buscam instaurar relações menos assimétricas, redefinindo o valor, o lugar e a identidade dos agentes históricos dentro das comunidades imaginadas.

Nesse sentido, convém destacar as punições impostas à corredora e saltadora **Irenice Maria Rodrigues** (1933-1981), em 1967, por ter liderado uma greve contra o Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Não por acaso, no ano seguinte, ela acabaria desligada da delegação de atletismo enviada ao México, sob a acusação de “indisciplina”. A luta da atleta afro-brasileira contra o preconceito e o autoritarismo, no contexto do regime civil-militar, confere nova dimensão aos

embates travados nos Jogos Olímpicos de 1968. Uma luta que atravessa o tempo e se reveste de novos significados, ampliando o leque de questões colocadas em jogo.

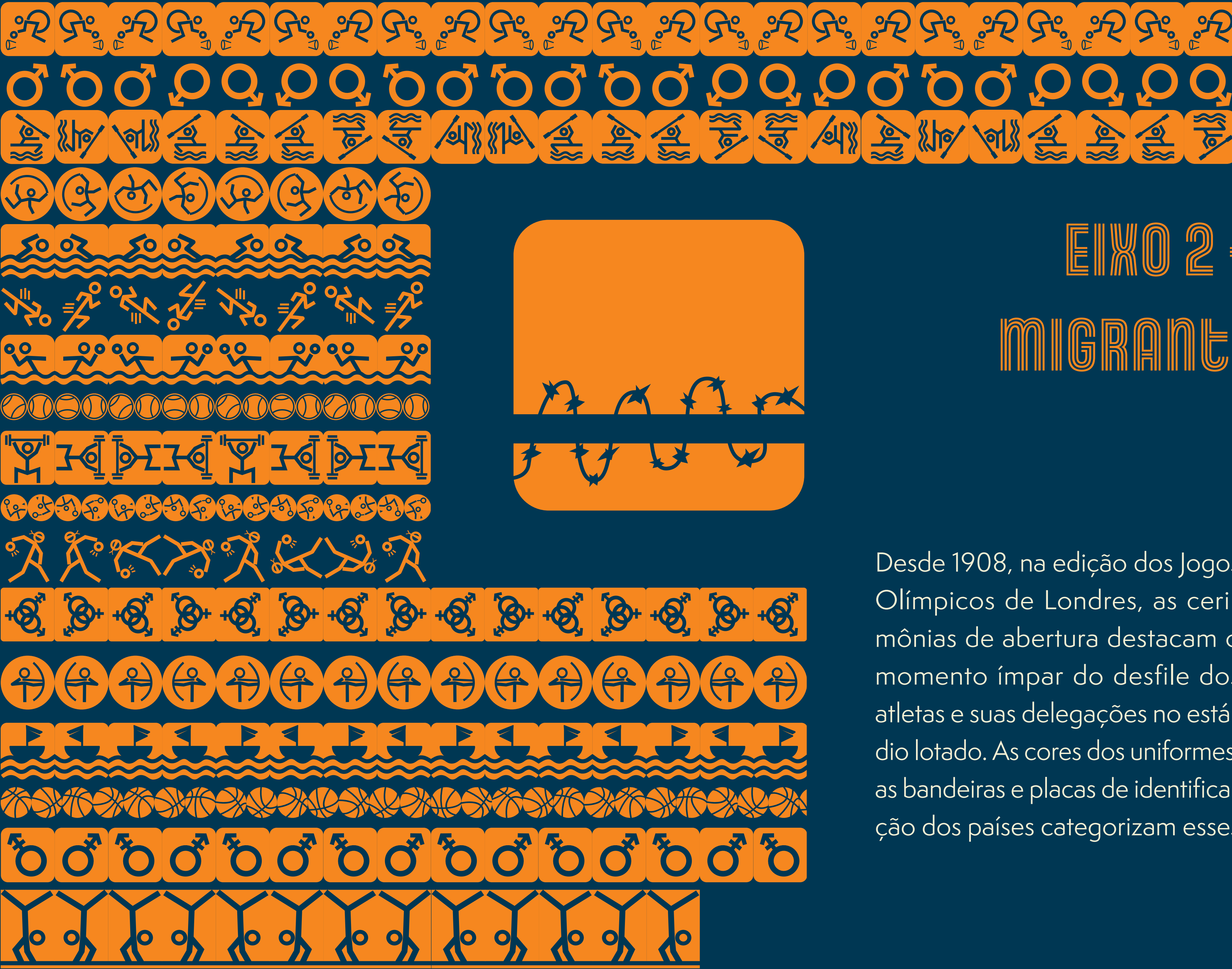
Na edição centenária dos Jogos Olímpicos, em 1996, realizados na cidade de Atlanta, nos Estados Unidos, **Jacqueline Silva** (1962) e **Sandra Pires** (1973) – a dupla no vôlei de praia responsável pela conquista da primeira medalha dourada de brasileiras na história olímpica – tiveram de enfrentar também as

represálias e assédios morais dos dirigentes. Antes de se tornar campeã olímpica, Jacqueline foi personificada como “rebelde”, deixando de ser convocada por três vezes pela Confederação Brasileira de Voleibol. Uma das alegações remonta ao episódio de recusa da jogadora em vestir o uniforme oficial da seleção brasileira com o nome do patrocinador estampado na camisa como forma de protesto por equiparidade de gênero.

Os casos acima mencionados permitem balizar a discussão a partir de uma série de perguntas pertinentes ao ato de protesto: quais são as condições de possibilidade do gesto de protesto na arena olímpica? Como explorar a potência do ato que ele encerra? Até que ponto o capital simbólico acumulado pelo atleta o protege dos riscos de represália política, exílio esportivo e sanção econômica?



Ilustração: Luis Bueno



EIXO 2 – FORA DE CASA: MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

Desde 1908, na edição dos Jogos Olímpicos de Londres, as cerimônias de abertura destacam o momento ímpar do desfile dos atletas e suas delegações no estádio lotado. As cores dos uniformes, as bandeiras e placas de identificação dos países categorizam esses

participantes pertencentes a suas respectivas nações. Desde o fim das inscrições individuais, em 1914, é necessário que qualquer atleta com pretensões olímpicas esteja vinculado a um Comitê Olímpico Nacional – seja ele qual for.

Em meio a esse esforço de organização das representações esportivas olímpicas, encontramos competidores que tencionam, pelos mais diversos motivos, as tradicionais construções de identificação: são os atletas que nasceram em um país e bem cedo mudaram-se para outro; os que nunca moraram nos estados nacionais que representam ou mesmo os filhos que voltam para a terra dos pais para ter uma chance de competir

nos Jogos. Entre repatriados, naturalizados e migrantes, os esportes apresentam-se como um elemento-chave na construção identitária desses atletas.

Durante os Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, jornalistas ingleses cunharam a expressão pejorativa de “britânicos de plástico”, referindo-se aos atletas naturalizados que compuseram a delegação do país-sede. Em contrapartida, sob a denominação de “atletas

olímpicos independentes”, a edição londrina compôs uma equipe representada pelo maratonista **Guor Marial** (1984), refugiado do Sudão do Sul, e por dois atletas apátridas da ilha de Curaçau (antigas Antilhas Holandesas), **Philippine van Aanholt** (1992) e **Reginald de Windt** (1983). Em 2016, foi a vez da delegação brasileira apresentar 24 atletas migrantes que nasceram em outros países.



INICIO



MENU



EIXO 1



EIXO 2



EIXO 3



EIXO 4



EIXO 5



EIXO 6

Não era a primeira vez que as autoridades olímpicas se deparavam com situações desafiadoras no plano diplomático. Em 1992, com efeito, atletas da ex-Iugoslávia e da Macedônia arrebataram três medalhas em Barcelona, enquanto em 2000, quatro esportistas do Timor Leste – país que, à época, lutava para obter a emancipação política da Indonésia – desfilaram em Sydney portando a bandeira olímpica.

A última e mais eloquente iniciativa nesse sentido teve lugar nos Jogos Olímpicos do Rio, em 2016, quando, pela primeira vez, foi

constituída a Equipe Olímpica de Atletas Refugiados, constituída por dez atletas. O advento dessa nova categoria de competidores veio a lume no quadro de uma crise humanitária instalada em várias regiões do mundo, na Síria, na Somália e no Afeganistão, para citarmos alguns exemplos, cujos estados foram desmantelados por guerras civis, invasões de exércitos estrangeiros ou, ainda, pelas ações de milícias religiosas, entre outros fatores responsáveis pelo deslocamento de mais de 60 milhões de pessoas ao redor do planeta.

A formação da Equipe Olímpica de Atletas Refugiados, ação realizada com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), além de constituir um ato de inclusão social e esportiva, oferecia maior divulgação e esclarecimento acerca do fluxo migratório provocado por crises econômicas, desastres ambientais ou perseguição política, contribuindo, dessa maneira, para desconstruir a narrativa que tem impulsionado a ascensão ideológica da extrema direita em várias regiões do mundo, cujas promessas de preservação das identidades nacionais ameaçadas pela figura “perturbadora” dos estrangeiros têm arrebatado cada vez mais o apoio entusiástico

de amplos setores das sociedades abastadas.

A presença da delegação de refugiados nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro teve o investimento de 2 milhões de dólares provenientes do COI e do Fundo Solidariedade Olímpica. Embora em número reduzido (10 atletas dos 43 inicialmente selecionados), a formação da equipe representa um passo importante na admissão de que o esporte não se encontra dissociado da política, isolado do mundo, fechado em uma redoma. Ela recoloca, além disso, o debate acerca dos critérios de participação dos atletas, questão recorrente que acompanha a história das Olimpíadas na Era Moderna desde a primeira edição.

Conforme salientado pelo pesquisador Sérgio Giglio, o ideal do amadorismo pretendia restringir o acesso apenas à figura privilegiada do atleta homem, branco e burguês. Pouco a pouco, porém, foram conquistando espaço os trabalhadores, as mulheres, os pobres e os negros, e, mais recentemente, os apátridas. Nesse sentido, olhando em retrospecto, fica claro que a questão a respeito da identidade do atleta, do significado do jogo e da correlação de forças do evento jamais encontra uma resposta definitiva, sendo redefinida continuamente à medida que novas personagens entram em cena.



Ilustração: Sérgio Campelo



EIXO 3 = CIDADES-SEDE E AS RUAS DE PROTESTOS

A escolha da sede dos Jogos Olímpicos costumava ser objeto de uma disputa acirrada entre cidades e países cujas candidaturas não poupavam esforços diplomáticos, articulações de bastidores e recursos financeiros. Entre 2008 e 2017, no entanto, foi possível contabilizar

uma série de cidades que rejeitaram o concurso do COI a partir de referendos populares: Budapeste (Hungria), Davos (Suíça), Hamburgo e Munique (Alemanha) e Cracóvia (Polônia) são alguns exemplos eloquentes.

A última candidata a desistir da disputa para sediar os Jogos Olímpicos de 2026 foi a cidade de Calgary, no Canadá. Através de um plebiscito realizado em novembro, os cidadãos rejeitaram a proposta, assim como já havia acontecido meses antes com a cidade de Davos, na Suíça. Vale a pena lembrar que a edição olímpica de Montreal, realizada em 1976, acarretou um prejuízo da ordem de 1,5 bilhão de dólares para a província de Quebec – o maior da história olímpica –, liquidado somente em 2006, quase trinta anos depois. Mesmo

quando a candidatura obteve a aprovação do voto popular, como foi o caso de Oslo, na Noruega, as autoridades locais desistiram de receber os Jogos depois que um documento vazado na imprensa revelou as exigências esdrúxulas formuladas pelo COI.

As razões da recusa têm por trás uma longa história de protestos contra os gastos cada vez maiores exigidos para a realização dos Jogos Olímpicos. Exemplos como o do México, em 1968, e o do Brasil, em 2016, emergem como marcos em uma série de protestos

civis resistentes e questionadores a respeito das prioridades relativas aos gastos públicos. No primeiro caso, conhecido como o Massacre de Tlatelolco, as manifestações estudantis resultaram na morte de centenas de jovens mexicanos, dez dias antes do início dos Jogos Olímpicos. No segundo caso, embora sem a mesma dramaticidade em termos de vidas humanas, as manifestações também assumiram dimensões inesperadas, varrendo o país de um extremo ao outro.



INICIO



MENU



EIXO 1



EIXO 2



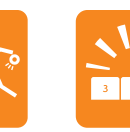
EIXO 3



EIXO 4



EIXO 5



EIXO 6

Em comum entre os exemplos supracitados, portanto, encontra-se a insatisfação em torno dos altíssimos custos de realização do evento, bem como a desconfiança quanto aos supostos legados prometidos para a população local. Em vez da revitalização do espaço público e das melhorias na mobilidade urbana, verificam-se os processos de remoções arbitrárias, desvios de verbas e denúncias de corrupção.

A realização da Olimpíada, como podemos inferir dos protestos no

México e no Brasil, constitui um evento cuja força sociocultural escapa a toda e qualquer tentativa de domesticação política. Ela comporta riscos simbólicos para as instâncias de poder que sonham em manipulá-la em proveito próprio; promove o deslocamento semântico do discurso midiático que pretende imprimir-lhe uma significação nacionalista-patriótica; possui uma dinâmica que pode cimentar a unidade nacional, tanto quanto, inversamente, expor as fraturas do corpo social.

Se os desvios de recursos constituem uma realidade inevitável das obras executadas para a realização dos Jogos, os desvios simbólicos provocados pela imaginação criadora dos agentes históricos representam uma possibilidade sempre presente, pairando como uma ameaça constante a cada entrega de medalha, a cada manifestação do público, dentro ou fora das instalações esportivas.

O contexto atual, porém, revela-nos uma outra e inesperada

faceta dos riscos contidos na realização do evento olímpico. Com o adiamento de um ano na edição de Tóquio 2020 em razão da pandemia de Covid-19, os atletas olímpicos, considerados embaixadores do esporte ao levarem “o mundo” para uma cidade-sede olímpica, estão sendo vistos, agora, como uma ameaça sanitária. Pesquisas recentes mostraram que a maioria dos residentes de Tóquio não desejava mais acolher os Jogos Olímpicos em razão da pandemia.

Houve pedidos de cancelamento por políticos e médicos japoneses, uma vez que os casos de contaminação pelo vírus continuavam subindo e apenas uma porcentagem pequena da população encontrava-se vacinada. Nesse contexto, talvez não sejam infundadas as expectativas acerca de possíveis manifestações de protesto, tanto sob a forma de atos isolados quanto por meio de ações coletivas.



Ilustração: Enivo



EIXO 4 = AS QUESTÕES DE GÊNERO: ELES, ELAS E NÓS TODES

AS PERFORMANCES DELAS

Os Jogos Olímpicos configuram-se, desde o início, como um espaço de espetacularização de corpos performantes e, por anos, contribuíram com a produção de corpos generificados. Tal afirmação pode ser confirmada na desigualdade numérica entre homens e mulheres participantes, e entre as modalidades disputadas, por sexo, ao longo do último século. As experiências

de mulheres – inclusive as esportivas e atléticas – não são consideradas padrões universais em diferentes setores da sociedade. Mulheres não têm relativamente a mesma posição dentro das estruturas de poder mundiais: marcadores da diferença como raça, deficiência, classe social e sexualidade definem onde uma mulher está situada em relação a essas escalas de poder.

Convém salientar, a esse respeito, que **Pierre de Coubertin** (1863-1937), o principal idealizador da reedição dos Jogos Olímpicos na Era Moderna, e presidente do COI entre 1896 e 1925, era contrário à participação das mulheres, por considerar que as atletas poderiam vulgarizar esse espaço voltado para a educação de homens. Ao afirmar que o esporte é um território exclusivamente masculino, normalizou-se a ausência de mulheres no meio olímpico, bem como a manutenção dos valores ideológicos do grupo dominante por tanto tempo. Sendo assim, não admira que

a primeira edição dos Jogos Olímpicos, realizada em Atenas, em 1896, não tenha registrado a presença feminina na disputa.

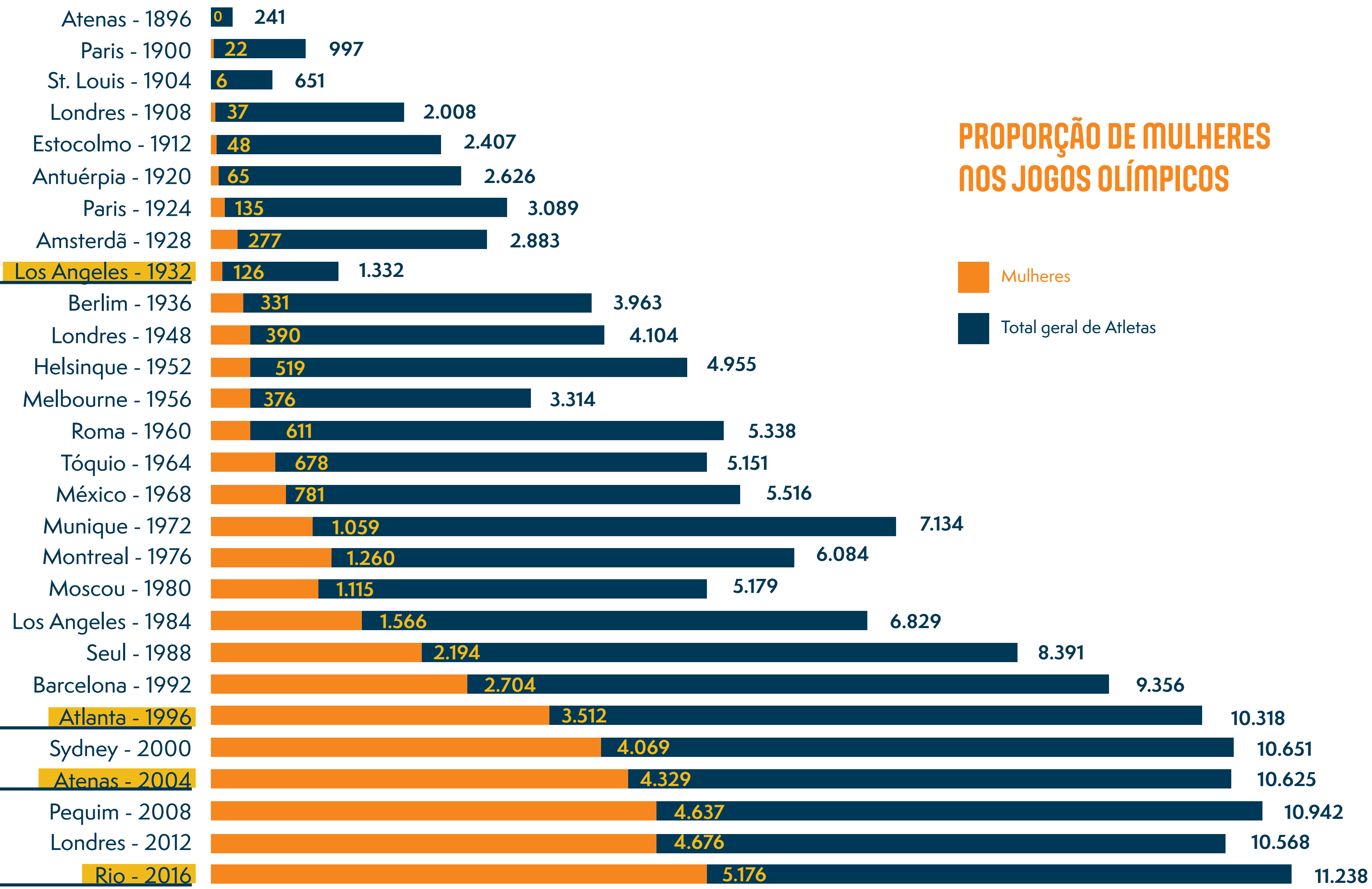
Mas a luta contra a exclusão das mulheres remonta aos primórdios da competição. Já em 1917, foi criada a *Fédération des Sociétés Sportives Féminine de France*. Aliás, na história da mobilização feminina, cabe um capítulo especial à militante francesa **Alice Milliat** (1884-1957), autora da proposta dos Jogos Mundiais Femininos, realizados em diferentes edições ao longo da primeira metade dos anos 1920 e 30.

Aos poucos, portanto, e graças ao movimento social, as mulheres passaram a ser incluídas nas Olimpíadas, inicialmente em modalidades como golfe, tênis e natação. Em contrapartida, o basquete levaria 40 anos para estreitar a modalidade feminina; o remo, 76 anos; o ciclismo, 88 anos; e o futebol, 96 anos. Em algumas provas de lutas, como por exemplo o boxe, seria preciso aguardar mais de um século para se registrar o ingresso de competidoras.



Maria Lenk
Natação

Primeira participação feminina do Brasil



PROPORÇÃO DE MULHERES NOS JOGOS OLÍMPICOS



Primeira medalha feminina do Brasil

Participação feminina do Brasil mais próxima da igualdade 49,3%

Maior participação feminina do Brasil em números absolutos



INICIO



MENU



EIXO 1



EIXO 2



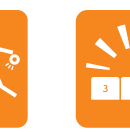
EIXO 3



EIXO 4



EIXO 5



EIXO 6

Mas os problemas não se encerrariam apenas com o acesso de mulheres às modalidades. O século XX vai demarcar o escrutínio do tipo de feminilidade que seria aceita dentro das competições olímpicas, e as atletas serão submetidas a uma série de regulações, a fim de garantir sua elegibilidade. Os anos que antecederam os Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936, marcaram a ascensão do nazismo ao poder. Durante o pré-olímpico, diversos atletas alemães foram excluídos dos Jogos por serem judeus, entre eles, as atletas **Lilli**

Henoch (1899-1942), quatro vezes recordista mundial no arremesso de peso, lançamento de disco e revezamento 4 x 100 m, e **Gretel Bergmann** (1914-2017), recordista alemã do salto em altura e promessa de medalha na época. Gretel, inclusive, foi usada como símbolo da “tolerância” nazista para evitar boicotes olímpicos de grandes nações como Estados Unidos, França e Inglaterra. No entanto, pouco antes do início dos Jogos, a atleta recebeu uma carta de desconvoação e a anulação de suas marcas e recordes alcançados durante a seletiva.



INICIO



MENU



EIXO 1



EIXO 2



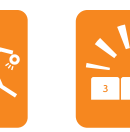
EIXO 3



EIXO 4



EIXO 5



EIXO 6

O caso de Gretel, mais tarde conhecida como Margaret Lambert, não se restringe à política do antissemitismo, mas comporta outro detalhe revelador das razões que levaram à desclassificação da atleta alemã. Com efeito, na edição de 1936, as atletas **Dora Ratjen** (1918-2008) e **Elfriede Kaun** (1914-2008) continuaram a compor o time alemão da modalidade de atletismo. Dora ficou com a quarta colocação no salto e, anos mais tarde, foi revelado que a competidora era, na verdade, **Hermann Ratjen**, uma mulher em condição de intersexualidade, na época lida como um homem. Esses episódios, ao lado de outras suspeitas da época, afetaram, de maneira permanente, as

condições de acesso e participação de atletas mulheres nos Jogos Olímpicos.

Uma Comissão Médica do COI foi criada em 1961 para centralizar o controle sobre a chamada “verificação de gênero” (testagens sexuais) e *doping*. Em 1968, por exemplo, todas as competidoras da edição olímpica de inverno foram obrigadas, pela primeira vez, a passar por inspeções visuais, conhecidas como “testes de feminilidade”, a fim de reduzir suspeitas sobre o sexo biológico das participantes. De acordo com a antropóloga Barbara Pires, com o passar dos anos, a minúcia da evolução dos testes inscrevia somente um modelo desejado de feminilidade em competições de alto rendimento.

Por décadas, os testes incluíam inspeção genital das atletas mulheres, que eram obrigadas a se apresentar nuas diante de uma comissão de médicos durante os Jogos – um procedimento invasivo, humilhante e constrangedor, levado a cabo durante as competições e jocosamente mencionado como “nude parade” (desfile de nus) entre as atletas. Ao procedimento ainda foram adicionados o teste cromossomial, hormonal e a categoria protocolar de “level playing field” (campo de jogo nivelado), na tentativa de legitimar bases de igualdade às competições olímpicas.

A exposição dos corpos olímpicos, implicava – e ainda implica – uma vigilância regulatória das

atletas cuja aparência e performance borram as fronteiras tradicionais de feminilidade. De acordo com a pesquisadora Silvana Goellner, quando o COI adota os hormônios como critério da diferenciação sexual, assume-se o pressuposto de que os homens apresentam maior índice de testosterona em seus corpos, e isso lhes confere vantagens atléticas. Em outras palavras: em meio à celeuma regulatória, mulheres com desempenhos olímpicos extraordinários são constantemente investigadas.

A escritora e filósofa inglesa Mary Wollstonecraft já lamentava, no século XVIII, o fato de uma mulher ser ativamente desencorajada a perseguir e realizar suas potencialidades

máximas. A filósofa feminista Simone de Beauvoir, por sua vez, no contexto esportivo concebido pelo Barão de Coubertin, criticava o modo pelo qual a representação masculina se achava convertida no padrão normativo e ideal de humanidade, enquanto mulheres eram condicionadas a ocupar uma posição de inferioridade e, por isso, subalternas e desviantes da norma. Para Coubertin, mulheres atletas, ao reivindicarem sua participação em diferentes modalidades esportivas (bem como daquelas consideradas masculinas e masculinizantes), estariam tentando se “igualar” aos homens.



INICIO



MENU



EIXO 1



EIXO 2



EIXO 3



EIXO 4



EIXO 5



EIXO 6

No entanto, refletindo uma longa jornada de luta e contestação, a edição de Tóquio 2020 marca o aumento inédito da participação feminina nas competições: elas serão 48,6% dos atletas, contra 45% de 2016, no Rio de Janeiro. Modalidades até então dominadas em número de atletas por homens tiveram que mudar o programa para os Jogos de 2020. Modalidades como canoagem, remo, tiro, judô, levantamento de peso e vela terão, pela primeira vez, o mesmo número de atletas homens e mulheres participantes. Outros esportes, como o boxe e o atletismo, ainda não atingiram a equiparidade, mas melhoraram a presença de mulheres.

Tóquio também assinala a inclusão de provas mistas, disputadas por homens e mulheres, com competições desse tipo em sete esportes. Por mais que tais identidades de gênero ainda estejam fixadas no sexo biológico desses atletas, observam-se novas oportunidades de debater, junto ao Comitê Olímpico Internacional (COI), a igualdade e a inclusão de gêneros no esporte. Até os Jogos do Rio 2016, apenas *badminton*, vela e tênis tinham a prova de duplas mistas. Em 2021, estão previstas equipes mistas na natação, atletismo, triatlo, tiro, tiro com arco, tênis de mesa e judô.

Decorridos, porém, mais de cem anos de Olimpíadas, ainda é possível constatar a disparidade de condições e oportunidades, a dissimetria de poder e a distância financeira separando homens e mulheres. Por outro lado, atributos como força, virilidade, velocidade e resistência foram – e continuam sendo – considerados características generificadas, naturalizadas, reforçadas e estereotipadas como masculinas no meio esportivo, assim como fora dele, atributos esses invocados como justificativa para

a exclusão e inferiorização das mulheres. Com efeito, atletas fora de padrões como mães, lésbicas, masculinas, gordas, pretas, latinas, africanas e orientais são exemplos de categorias de mulheres recorrentemente estigmatizadas no contexto esportivo e igualmente prejudicadas no projeto olímpico. Nesse sentido, podemos nos perguntar de que forma a edição de Tóquio 2020 pode contribuir para refletir e humanizar tais corpos.

AS PERFORMANCES DE TODES

As identidades de gênero por vezes nos prescrevem como devemos ser, em vez de reconhecer como somos: plurais e diferentes. Através dos esportes, os corpos vivem as múltiplas expressões de si próprios, reafirmando publicamente a diversidade. Desde as primeiras realizações dos Jogos Olímpicos, os corpos atléticos têm desestabilizado estruturas de poder dominantes, bem como de uma norma única de expressão corporal vencedora. Reiteradas vezes atletas subvertem, por meio de inúmeras transgressões, as barreiras impostas pelas tutelas de categorias (biológicas e sociais), bem como ideias normativas de que todos os corpos atléticos de alto rendimento são iguais.

Consoante o Art. 5º do Estatuto do Comitê Olímpico Brasileiro (COB):

[a instituição] atuará em defesa da dignidade humana, promoverá o bem de todos, sem preconceitos relativos à origem, identidade de gênero ou orientação sexual, cor, idade, crença e quaisquer outras formas de discriminação, e sem influência política, religiosa ou econômica.

Dessa forma, ao manifestar o desejo de defender a promoção da dignidade humana, no que diz respeito às identidades de gênero e à compreensão das desigualdades e diferenças, o COB assumia, de certa forma, um posicionamento político em um país transfóbico, homofóbico e racista como o Brasil.

Na edição brasileira de 2016, durante a cerimônia de abertura dos jogos, cinco dos ciclistas que puxaram as delegações dos países – incluindo a modelo Lea T – eram transexuais, algo até então inédito. Se os esportes são para *todos e todes*, quais são exatamente as regras de elegibilidade de atletas transexuais? Quais são os grupos que detêm o poder de defini-las?

As reivindicações de corpos não binários trazem uma hibridização de elementos que embaralham as cartas identitárias e potencializam o debate acerca do sistema de classificação, problematizando em quais lugares o esporte aloca os corpos assim (in)definidos. Além disso, eles também permitem questionar por que homens e mulheres devem se enquadrar no binarismo de gênero cuja cisgeneridade produz e normaliza o sistema de regras.

Nos Jogos Olímpicos de 2020, espera-se que haja pelo menos cem atletas publicamente LGBTQIAP+. Se a expectativa se confirmar, Tóquio dará continuidade a uma tradição de duas décadas ao longo das quais o número

de atletas LGBTQIAP+ nos Jogos de Verão tem dobrado a cada quatro anos. E, apesar de se encontrarem em pauta, em diferentes partes do mundo, projetos de lei que criminalizam a participação de transexuais em campeonatos oficiais, até o encerramento deste texto, pelo menos nove atletas transgêneros esperavam uma vaga nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Tóquio 2020.

As informações históricas sobre identidade de gênero e orientação sexual permaneceram por muitas décadas difusas e invisibilizadas, uma vez que eram raros os casos de atletas capazes de assumir essas posições publicamente, em razão, principalmente, da cultura da

intolerância presente nas federações e comitês esportivos internacionais nas últimas décadas. A postura destemida da atleta olímpica **Caitlyn Jenner** (1949), conhecida a época como Bruce Jenner, que se assumiu publicamente como uma mulher transgênero após competir e conquistar o ouro olímpico no decatlo masculino em 1976, constitui expressão do protagonismo LGBTQIAP+ ao longo da história olímpica, no exemplo em questão, da luta contra uma característica patologizada.

O controle e o banimento da participação de atletas trans – principalmente de mulheres trans em campeonatos esportivos oficiais de alto rendimento, bem como de eventos estudantis e de base – tornaram-se, no entanto, pautas mobilizadoras de políticos representantes de alas conservadoras e de extrema direita em países como Estados Unidos e Brasil. Das quadras às plenárias municipais, estaduais e nacionais, as ações políticas não se restringem ao constrangimento

da minoria transgênera no esporte, mas envolvem também, e cada vez mais, a manipulação de campanhas abertas de propagação de mentiras e preconceitos, bem como a desmoralização da imagem pública e o extermínio consentido dessa população. Sob esse aspecto, a presença de atletas trans nas competições olímpicas e paralímpicas são, indubitavelmente, atos políticos de resistência e resiliência.



Ilustração: Mag Magreia



EIXO 5 = QUANDO OS MODELOS NÃO CABEM: OUTROS CORPOS E CAMPEONATOS

CORPOS DISSIDENTES

“Quem é diferente de quem?”, questiona a escritora, psicóloga e artista portuguesa Grada Kilomba. No texto, a autora discorre sobre a manutenção de um projeto de poder centrado na criação de um ego dos homens brancos. Além

da branquitude, muitos desses homens têm seus poderes calcados na cisgeneridade, heterossexualidade e colonialidade ocidental, poderes que, por séculos, têm destruído a subjetividade do outro, do diferente, de quem deixa de corresponder às expectativas normativas.

O racismo e o machismo inserem-se no campo dessa problemática, figurando como as acusações mais comuns direcionadas ao COI ou, de modo geral, às diferentes delegações em posições hegemônicas desde os primórdios da realização do calendário moderno dos Jogos Olímpicos. Mas não são as únicas queixas de episódios que insistem em anular as subjetividades corporais existentes nos esportes.

O ambientalista e líder indígena Ailton Krenak denuncia a visão hegemônica que

institui, no plano das representações sociais, uma sub-humanidade composta principalmente de habitantes da África, Ásia e América Latina, os quais se veem categorizados como populações mais brutas, rústicas, orgânicas e amalgamadas com a natureza. Para Ailton, o conceito de humanidade estaria erroneamente alicerçado na cartilha única de uma ilusória sociedade homogênea. Nessa perspectiva, a trajetória dos Jogos Olímpicos por vezes se apresenta igualmente mitificada com a difusão

de um ideal único de corpo atlético – quase perfeito e semelhante à figura de um semideus –, cuja performance se encontra cada vez mais alicerçada nos hiperestímulos e recursos tecnocientíficos da cultura cibernética, das próteses biônicas, das nanotecnologias, dos *chips* subcutâneos e do *biohacking*, além do amplo leque de psicotrópicos colocados à disposição não só dos/as atletas de alto rendimento, mas também, e sobretudo, dos cidadão comuns.

Conforme nos mostra a análise do antropólogo David Le Breton, a produção farmacológica do sujeito contemporâneo, sintoma da medicalização da vida cotidiana, tem por objetivo programar o desempenho afetivo, levando o indivíduo a se apoiar no biológico para escapar do social. A nova articulação das dimensões constitutivas do ser humano – biopsicossocial – não constitui, portanto, fator exclusivo dos esportes de alto rendimento, nos quais o uso do *doping*,

exemplificado pelo caso do corredor Ben Johnson, nos Jogos Olímpicos de 1988, emerge como a expressão máxima dos imperativos de competitividade.

Em contrapartida, o caso do atleta de basquete **Magic Johnson** (1959), nos Jogos Olímpicos de 1992, traduz a luta contra a discriminação que atingia os portadores do vírus HIV. De fato, os sucessivos deslocamentos conceituais na área do saber médico, determinados a partir da epidemia da aids, nos anos 1980,

representam o esforço dos profissionais da saúde em atuar a favor do princípio ético da autonomia individual e coletiva. De acordo com José Ricardo Ayres, a medicina – decidida a utilizar uma categoria analítica livre de implicações discriminatórias e a fim de evitar a culpabilização das minorias sociais – foi, pouco a pouco, transitando da noção de grupo de risco para a de comportamento de risco e, em seguida, para a de vulnerabilidade social. Ao assumir publicamente a condição de

soropositivo assintomático, Magic Johnson trouxe uma contribuição inestimável para a desconstrução do “aidético”, a categoria utilizada para estigmatizar e excluir do convívio social os portadores do vírus HIV. A difusão da campanha de conscientização sobre a prática do “sexo seguro”, baseada no drama pessoal de um herói esportivo, foi certamente uma das maiores vitórias do atleta do Los Angeles Lakers.

Ainda nos Jogos Olímpicos do Rio 2016, veio à tona o caso da sul-africana **Caster Semenya** (1991), corredora intersexual, isto é, pessoa que possui características sexuais e reprodutivas que não se restringem à definição típica de homens e mulheres. A atleta começou a enfrentar questionamentos sobre seu gênero após se tornar campeã dos 800 m no 12º Campeonato Mundial de Atletismo, disputado em 2009 na cidade de Berlim, com a maior vantagem da história na modalidade feminina. O corpo da sul-africana, de forma natural, gera níveis de testosterona semelhantes aos dos homens, fenômeno conhecido na literatura médica como hiperandrogenismo. A cultura olímpica que tolerou o teste de feminilidade por tantas décadas transformou em consenso

a ideia de que atletas cujos corpos produzam altos índices desse hormônio mantêm supostas vantagens sobre as adversárias.

A recuperação do desempenho da atleta coincidiu com o fim da exigência de “um traço sexual apropriado”. No entanto, o tratamento hormonal para mulheres do atletismo, mesmo não sendo mais obrigatório, condiciona a elegibilidade da atleta aos níveis máximos de testosterona sanguíneos permitidos (5 nanomoles por litro). A cultura da bateria de “exames de feminilidade” foi mandatária até os anos 2000 e sinaliza que a exposição das diferenças, dos corpos ambíguos e desviantes, vive um processo de constante vigilância, exclusão, violência e controle pelas autoridades esportivas.

JOGOS DISSIDENTES

Durante os Jogos de Berlim, em 1936, uma preocupação rondava a comunidade internacional com relação à ideologia da superioridade racial propagada pelo nazismo. Um boicote completo aos jogos de Berlim foi a solução encontrada pelo governo espanhol junto a militantes socialistas e trabalhistas de outras localidades do mundo. Do boicote surgiu a ideia da realização de um evento paralelo: as Olimpíadas Populares, afinal canceladas em razão da Guerra Civil Espanhola.

Com efeito, as competições olímpicas percorreram e continuam a percorrer caminhos de aproximação e desvios dos ideais que informaram a concepção dos Jogos na Era Moderna. No entanto, o desejo de competir publicamente, a necessidade, ao mesmo tempo, de confraternizar e desafiar-se athleticamente, aparecem como nuances reveladoras das negociações e recriações de versões paralelas ao que conhecemos como os Jogos de Verão.

Inclusão social foi a expressão mobilizadora daquilo que mais tarde viria a ser conhecido como Paralimpíadas. Os anos 1950 marcaram

a reabilitação de centenas de soldados cujos corpos foram atingidos pela parafernália militar acionada na II Guerra Mundial. Lesionados, amputados, paralisados, surdos e cegos mobilizaram-se para a criação de um evento paralelo, organizado com base na ideia de “paradesporto”, invenção fundamental para ampliar, na sociedade, a percepção segundo a qual a deficiência não resulta apenas das lesões de ordem sensorial, motora ou cognitiva, mas, sobretudo, dos arranjos sociais que restringem as esferas de atuação das pessoas assim classificadas. Conforme o antropólogo

Julian Simões Cruz de Oliveira, o corpo desabilitado e incapacitado para a vida social revela-se como o produto de uma construção simbólica que precisa, justamente, ser desconstruída, em todos os campos da atividade social, inclusive o do esporte.

No decorrer da segunda metade do século xx, os Jogos Paralímpicos fixaram-se no calendário esportivo internacional, tornando-se, ao longo do tempo multiesportivo, paralelo e subsequente aos Jogos Olímpicos. A edição de Roma, em 1960, assinala o início da relação de complementaridade entre os eventos e, a partir dos anos 1980, o aumento da visibilidade das competições envolvendo pessoas com necessidades especiais.

Já as exclusões de sujeitos LGBTQIA+ no esporte, por sua vez, inspiraram a criação, em 1982, de um campeonato multiesportivo que valorizasse a diversidade sexual: o Gay Games. O pioneirismo de **Thomas Waddell** (1937-1987) – ex-atleta do decatlo que havia integrado a delegação estadunidense nos Jogos Olímpicos do México, em 1968 – almejava, nessa oportunidade, a organização de jogos menos competitivos, inclusivos, não heterossexista e não comercial. O evento, no entanto, acabaria adquirindo uma dimensão mercadológica significativa, expressa no vestuário, na culinária, nos concertos, entre outros ramos da atividade social. Por outro lado, como aponta o antropólogo Wagner Xavier de Camargo,

o predomínio de “homens gays” trouxe uma série de questionamentos por parte dos agrupamentos minoritários que não se sentiam representados nos Jogos, processo que culminaria na organização de uma dissidência liderada por lésbicas, transexuais, bissexuais, não binários.

Os Jogos Olímpicos do Rio 2016 apresentaram inúmeras situações de visibilidade de sexualidades ainda consideradas dissidentes e corpos que não se alinhavam à lógica cisgênera e heteronormativa, cuja heterossexualidade é tomada como norma ou, simplesmente, “normal”. Além do sexo, a orientação afetiva e sexual, assim como as identidades de gênero dos atletas têm tomado cada vez mais o centro dos debates, rompendo com os “temas tabus”.

A atividade esportiva, com efeito, desempenha um papel decisivo na construção de uma

sociedade menos desigual, inserindo os agrupamentos minoritários na comunidade imaginada, conferindo aos grupos étnicos lugar de destaque no conjunto da vida social, proporcionando, em síntese, respostas às questões cruciais acerca daquilo que somos, uns para os outros, e daquilo que podemos vir a ser, enquanto coletividade. Nesse sentido, a realização dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas na cidade de Palmas, em 2015, desvela-nos a trama da diversidade histórica tecida entre as múltiplas formas do jogar na sociedade

brasileira. Organizada pelo Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC), o evento contou com a presença de 23 países participantes com suas populações tradicionais, e o Brasil multiplicado pela diversidade de 24 etnias nacionais, a exemplo dos Kaingang, Kayapó Mebêngôkre, Paresí Halíti, Rikbaktsá Tapirapé, Terena, Xavante e Xerente.



INICIO



MENU



EIXO 1



EIXO 2



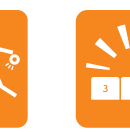
EIXO 3



EIXO 4



EIXO 5



EIXO 6

As modalidades esportivas tradicionais, como corrida, futebol, natação, dividiram espaço com modalidades indígenas, como arco e flecha, arremesso de lança, canoagem, corrida com tora e lutas corporais, bem como com jogos tradicionais específicos de cada etnia. A interconexão das práticas culturais que essa experiência abriga e estimula converte-se em um imenso campo de experimentação estética, social e política, no qual os limites conceituais do esporte são redefinidos à luz de uma dinâmica mais inclusiva e participativa.

As práticas alternativas ao esporte de alto

rendimento revestem-se, portanto, de um valor-chave na edificação de uma cultura democrática. As competições e torneios amadores, as Copas dos Refugiados, Mundial de Fútbol Callejero, o basquete de rua, os atletas imigrantes e apátridas, ou, ainda, as torcidas antirracistas convergem para as práticas de liberdade desenvolvidas com o propósito de suscitar a imaginação criadora do agente histórico, aprimorar o juízo estético do público esportivo e aprofundar a percepção crítica a respeito do espetáculo colocado em cena pelo megaevento da Olimpíada.

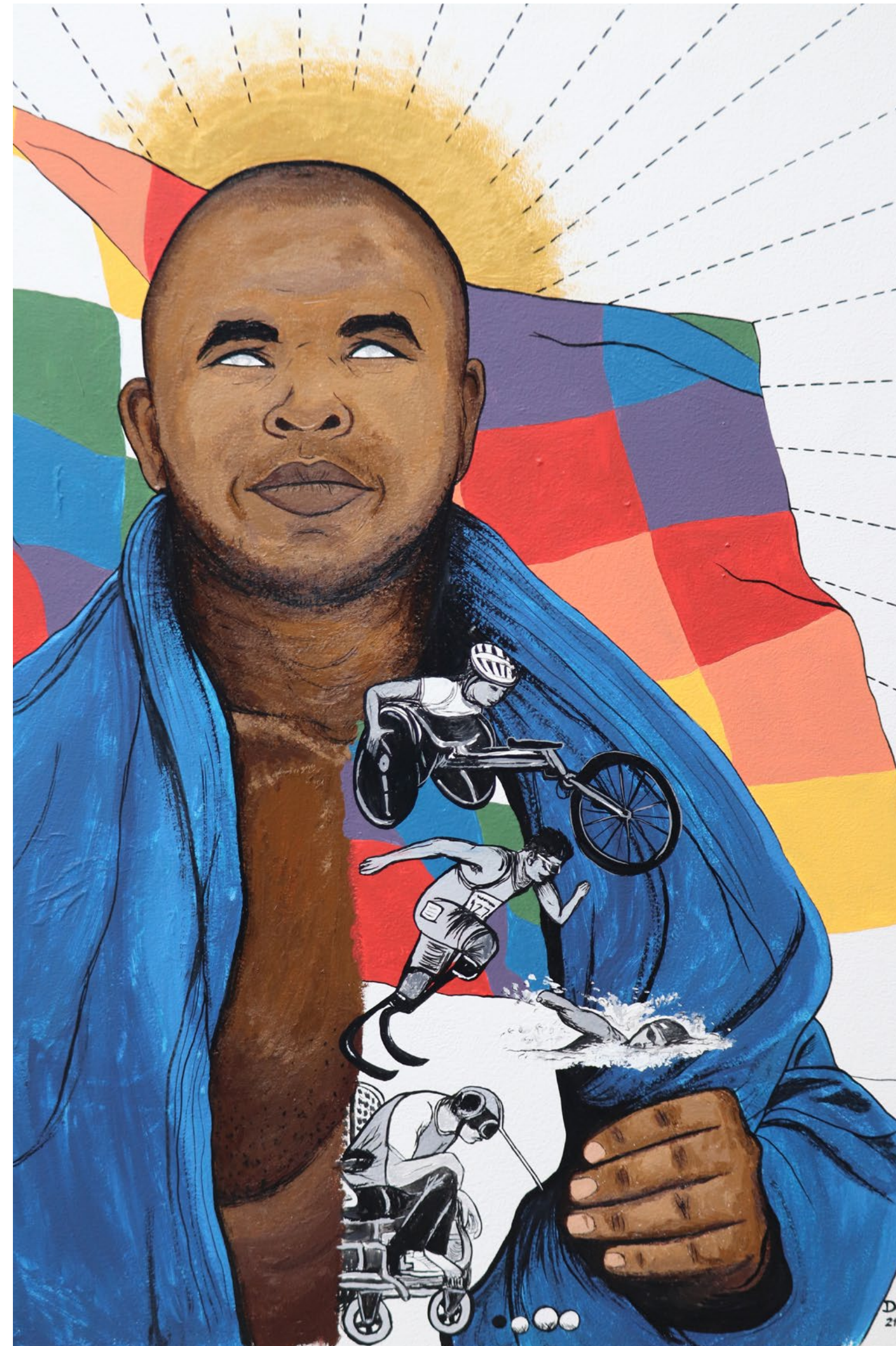
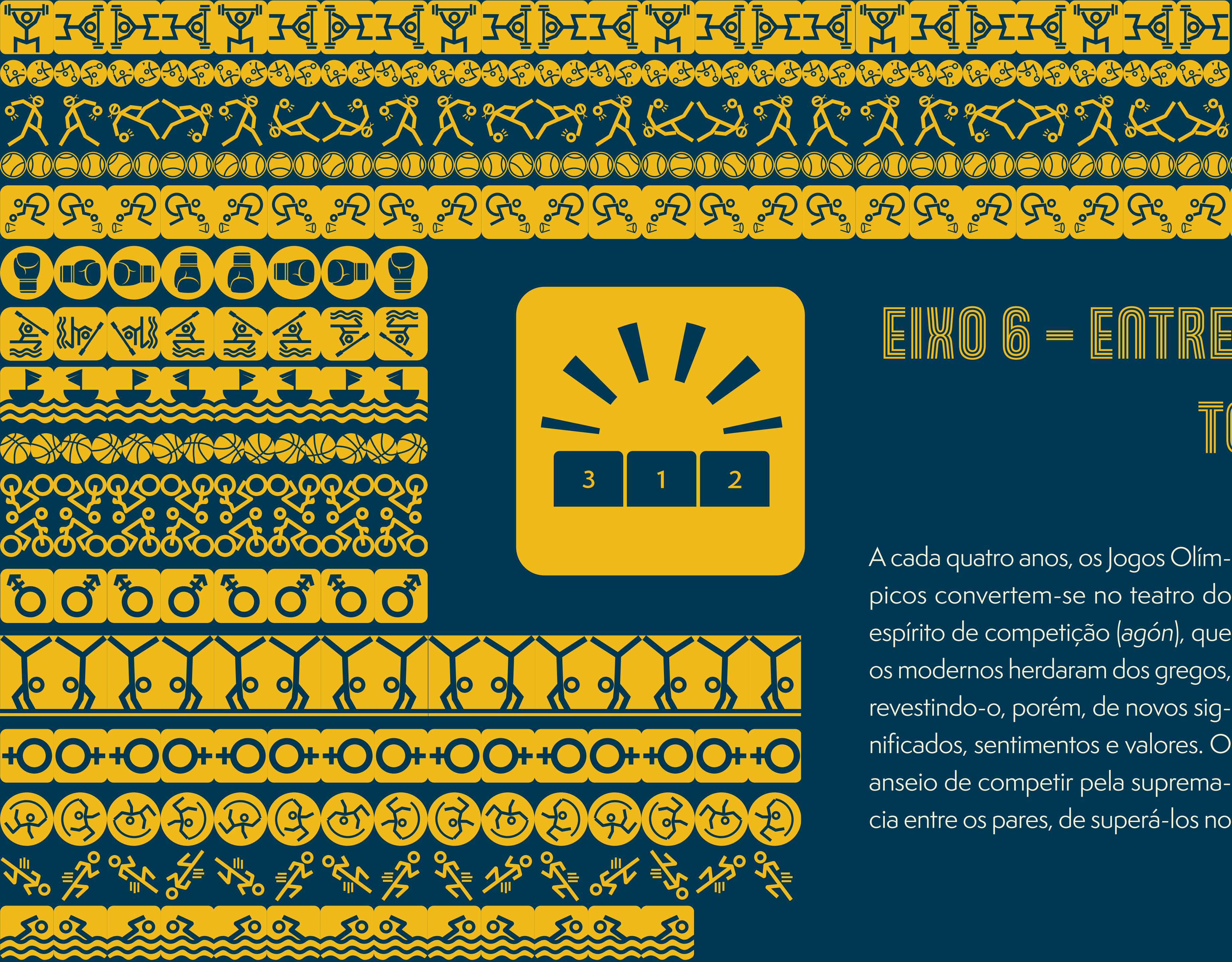


Ilustração: Di Monique



EIXO 6 = ENTRE ((NÃO)) VENCER E TORNA-SE HERÓI

A cada quatro anos, os Jogos Olímpicos convertem-se no teatro do espírito de competição (*agón*), que os modernos herdaram dos gregos, revestindo-o, porém, de novos significados, sentimentos e valores. O anseio de competir pela supremacia entre os pares, de superá-los no

“campo de batalha”, arrebatando o primeiro prêmio entre os melhores (*áristoi*), constitui decerto a força motriz que move o atleta em busca da condição de herói. Contudo, para citarmos a bela expressão do hele-nista Werner Jaeger, o herói muitas vezes sucumbe à “pesada armadura”

que ele se vê obrigado a carregar, frustrando as expectativas da pátria, do público e da equipe. Nesse sentido, em consonância com as análises e pesquisas desenvolvidas por Katia Rubio, vejamos alguns exemplos de atletas vencedores e vencidos que, tanto na primeira quanto na segunda condição, marcaram o imaginário dos Jogos Olímpicos.

Já na edição de Londres, em 1908, o corredor italiano **Dorando Pietri** (1885-1942) entrou no Estádio Olímpico de White City muito à

frente dos demais competidores durante a maratona. Desorientado e exausto, caiu algumas vezes ao chão e só conseguiu cruzar a linha de chegada com o apoio de juízes da prova. O feito foi contestado, e o estadunidense Johnny Hayes, segundo colocado, foi declarado vencedor da prova. O italiano Pietri recebeu condecorações das mãos da rainha Alexandra no dia seguinte ao episódio e tornou-se o mais famoso maratonista derrotado na corrida na história dos Jogos Olímpicos.

Abebe Bikila, nascido na Etiópia (1932-1973), filho de um pastor de ovelhas e capitão da guarda real da Etiópia, foi o primeiro homem a vencer duas maratonas olímpicas (1960 e 1964) e, por essa razão, considerado por muitos como o maior maratonista de todos os tempos. A vitória nos Jogos de Roma, em particular, teve um sabor de revanche simbólica, levando-se em conta que a Etiópia tinha sido invadida pelo regime fascista italiano às vésperas da II Guerra Mundial.

Além disso, a competição foi marcada também por um fato insólito, mas revelador das condições materiais de existência do universo social do qual provinha Abebe Bikila. Diante da indisponibilidade de calçados do seu número oferecidos pela patrocinadora Adidas, o corredor fez todo o percurso da maratona descalço, como de resto estava habituado a treinar na Etiópia. Foi recordista mundial e o primeiro negro africano a ganhar uma medalha de ouro, nos Jogos Olímpicos de 1960.

O maratonista brasileiro **Vanderlei Cordeiro de Lima** (1969) é um dos raros ganhadores da Medalha Pierre de Coubertin, a maior condecoração de cunho humanitário esportivo concedida pelo COI. A medalha refere-se ao episódio ocorrido em Atenas 2004, quando, a pouco mais de sete quilômetros da chegada, Vanderlei, que liderava a prova, foi atacado por um espectador – um padre irlandês – e empurrado para fora da pista de corrida.

Apesar de prejudicado pela intervenção

inesperada do espectador, o atleta brasileiro foi capaz de dar a volta por cima, retornando à competição e conquistando, por fim, uma medalha de bronze. A determinação em superar o dano sofrido injustamente, o espírito esportivo demonstrado em continuar na disputa e a humildade revelada após a prova converteram a performance de Vanderlei em um exemplo de superação humana, assegurando-lhe, não obstante a terceira colocação, um lugar no panteão dos heróis olímpicos.



INICIO



MENU



EIXO 1



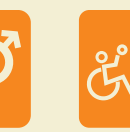
EIXO 2



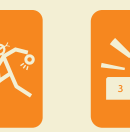
EIXO 3



EIXO 4



EIXO 5



EIXO 6

A corredora suíça de longa distância **Gabriela Andersen-Schiess** (1945) obteve projeção mundial nos últimos 400 metros da maratona feminina dos Jogos de Los Angeles, em 1984, ao levar às últimas conseqüências a determinação em concluir a prova. Para evitar a desqualificação, a atleta, apesar de se encontrar à beira de um quadro grave de hiponatremia, isto é, de queda brutal de sódio no sangue, manteve-se na competição, recusando abandoná-la para receber o auxílio médico. Embora tenha terminado a prova na 37ª colocação, a imagem da corredora suíça, cambaleando na

pista, exaurida, empreendendo um esforço sobre-humano para cruzar a linha de chegada, transformou-se em um símbolo de resistência e superação heroicas para as mulheres.

Liu Xiang (1983), ao conquistar a primeira medalha de ouro no atletismo masculino em Jogos Olímpicos para a China, feito realizado na corrida dos 110 m com barreiras, nos Jogos de Atenas, em 2004, passaria da condição de herói para a de vilão quatro anos depois, na edição de Pequim, em 2008, evento organizado para autenticar, no campo esportivo, a condição de potência econômica da China. A

multidão de quase 90 mil pessoas, no entanto, quedaria em profundo silêncio no estádio olímpico ao presenciar o abandono da prova pelo atleta favorito à medalha de ouro. O sigilo em torno de uma lesão no calcanhar de Aquiles foi o responsável pela mudança de *status* do corredor. Sua reputação foi desqualificada pela opinião pública, enquanto, ironicamente, sua imagem encontrava-se estampada em *outdoors* de todo o país em propagandas de marcas globais, como Nike, Visa, Coca-Cola e Cadillac, e também de cigarros, as mais controversas.

Nas Olimpíadas em casa, em 1964, o Japão já havia conquistado medalhas no judô, boxe, levantamento de peso, ginástica e natação, entre outras modalidades, mas nenhuma no atletismo. O maratonista japonês **Kōkichi Tsuburaya** (1940-1968) estava prestes a elevar a posição do país-sede no quadro de medalhas, ingressando no estádio Olímpico em segundo lugar, muito próximo de conquistar um lugar no pódio, atrás apenas da lenda Abebe Bikila. Todavia, diante de grande multidão reunida nas arquibancadas, o corredor japonês acabaria ultrapassado pelo inglês Basil Heatley, perdendo, por quatro segundos, sua chance de arrebatar a medalha de prata. Com uma

artrite tuberculosa identificada na infância, uma educação familiar extremamente rígida e uma disciplina de treinamentos que o impediram, inclusive, de formalizar um casamento, Kōkichi, o soldado e ídolo japonês, desgostoso e angustiado, cortaria os pulsos, deixando um bilhete no qual agradecia sua família e dizia estar “muito cansado para continuar correndo”.

Como se sabe, o herói de hoje pode se transfigurar no vilão de amanhã e, mais adiante, retomar o *status* anterior, tornando-se novamente merecedor de reconhecimento e estima. Essa reversibilidade simbólica constitui uma das tramas mais apreciadas pela audiência planetária dos Jogos Olímpicos. Mas talvez tão importante quanto

exaltar a figura heroica do atleta capaz de superar os limites do corpo e de explorar as potencialidades da mente, na busca incessante pelos recordes e pelas medalhas, seja compreender o valor moral do atleta derrotado por um golpe do destino, vencido por uma lesão do corpo ou, simplesmente, ultrapassado no momento derradeiro por um adversário mais veloz. A história dos Jogos Olímpicos encontra-se repleta de exemplos ilustrativos da ascensão e queda dos heróis esportivos e do ensinamento que eles encerram para o conjunto da sociedade.

entre (não) vencer e tornar-se herói - #drefernandess / #quioscocultural



Ilustração: André Fernandes

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, William Douglas de; RUBIO, Katia. "O impacto dos migrantes internacionais no esporte olímpico brasileiro". *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, RPCD, v. 18, n° 2, janeiro 2018, pp. 70-84.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

CAMARGO, Wagner Xavier de. "Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica". *Revista Horizontes Antropológicos*, v. 23, n° 47, jan./abr. Porto Alegre, 2017.

_____. *Atletas intersexo em competições esportivas*. São Paulo: Ludopédio, 2019.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Estatuto do Comitê Olímpico do Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/documentos/download/13aa309397ef5/>.

FARIAS, Cláudia Maria de. "Irenice Maria Rodrigues, o esquecimento de uma atleta olímpica brasileira". Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529788364_ARQUIVO_pape-rAnpuh2018.pdf.

FREIRE, Ana Isabel. "A midiaticização dos refugiados nos Jogos Rio 2016". XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Porto Alegre, RS, 2019.

GIGLIO, Sérgio Settani. *A história política do futebol olímpico (1894-1988)*. São Paulo: Intermeios/Fapesp, 2018.

GOELLNER, Silvana Vilodre. "Jogos Olímpicos: a generificação de corpos performantes". *Revista USP*, n° 108, 2016, pp. 29-38.

JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LE BRETON, David. *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. Campinas: Papirus Editora, 2003.

MAUSS, Marcel. "Ensaio sobre a dádiva". In: *Antropologia e sociedade*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

OLIVEIRA, Julian Simões Cruz de. "Deficiência intelectual, gênero e sexualidade: algumas notas etnográficas em uma APAE do interior do Estado de São Paulo – Brasil". *Revista de la Facultad de Medicina*, Bogotá, Rev. Fac. Med., v. 63, nº 3Sup, 2015, pp. 143-148. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15446/rev-facmed.v63n3sup.50122>.

PAIVA, Vera; AYRES, José Ricardo; BUCHALLA, Cassia (orgs.). *Vulnerabilidade e direitos humanos: prevenção e promoção da Saúde*. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

PIRES, Barbara Gomes. "A gestão da integridade. Corpo, sujeição e regulação das variações intersexuais no esporte de alto rendimento". Tese de doutorado para o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

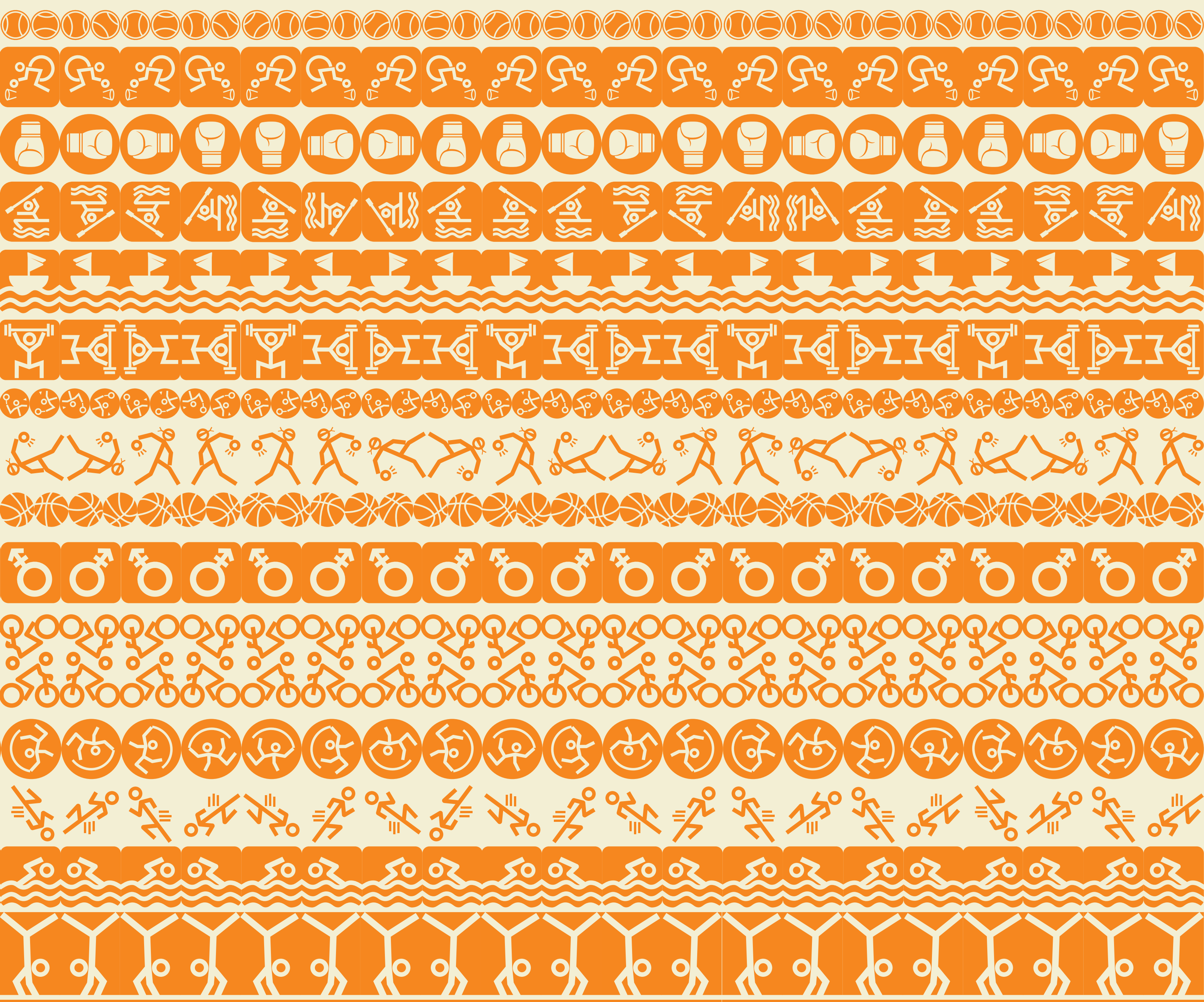
RUBIO, Kátia. "O imaginário da derrota no esporte contemporâneo". *Psicologia & Sociedade*, v. 18, nº 1, São Paulo, 2006, pp. 86-91.

_____. *O atleta e o mito do herói: o imaginário esportivo contemporâneo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

WISNIK, Guilherme. "Com coronavírus, mundo vive num nevoeiro". *Folha de S.Paulo*, 11 de abril de 2020. Ilustríssima. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/04/com-coronavirus-mundo-vive-em-nevoeiro-diz-guilherme-wisnik.shtml>.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *A Vindication of the Rights of Woman*. Yale University Press, 2014.

ZEIGLER, Cyd. "A record 9 trans athletes are aiming for the Tokyo Summer Olympic and Paralympic Games". *Outsports*, EUA, 14 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.outsports.com/2021/5/12/22428082/trans-olympic-athlete-tokyo-ioc-paralympic>.



PROGRAMAÇÃO

ENCONTRO DE ESTUDOS ESPORTIVOS: O ESPORTE E AS LUTAS SOCIAIS

Série de bate-papos, apresentados por Aira Bonfim e José Paulo Florenzano e mediados pela equipe Sesc, em seis eixos teóricos que recebem convidados para debater sobre como os movimentos sociais refletiram e resultaram em momentos históricos do esporte mundial, ocorridos durante os 125 anos dos Jogos Olímpicos da Era Moderna.

A atividade acontece pelo canal do Sesc Pompeia no YouTube (youtube.com/sescpompeia).

Classificação Livre | Gratuita

CURADORES



divulgação

AIRA BONFIM

Pesquisadora e produtora de conteúdos esportivos. Mestre pelo Programa de História, Políticas e Bens Culturais da FGV-RJ. Integrou a equipe de implantação do Centro de Referência do Futebol Brasileiro (CRFB), em 2011, no Museu do Futebol, local onde atuou até 2018. Foi cocuradora das exposições *O Futebol nas Olimpíadas (2016)* e *Contra-Ataque! As mulheres do futebol*, ambas no museu. Produziu a programação "O boxe e a cidade" (2019/2020) nas unidades do Sesc e o audioguia *Mulheres do futebol* (2021).



cassimano

JOSÉ PAULO FLORENZANO

Docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Autor dos livros *Afonsinho e Edmundo: a rebeldia no futebol brasileiro* e *A democracia corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro*. Tem experiência na área da antropologia urbana, sociologia do esporte e história política do futebol, campo interdisciplinar no qual analisa a trajetória dos jogadores e atletas rebeldes, o desenvolvimento das práticas de liberdade e a significação cultural dos times da diáspora.

ENCONTRO 1 QUANDO SER JÁ É UM ATO POLÍTICO

com José Paulo Florenzano,
Jadel Gregório e Fausto Amaro.

QUARTA-FEIRA, 14 DE JULHO, ÀS 18H.

A história dos Jogos Olímpicos encontra-se marcada, de um lado, pelas sucessivas tentativas de instrumentalização das competições por estados nacionais e, de outro lado, pela conversão da arena esportiva em palco privilegiado de expressão e afirmação dos agrupamentos minoritários na sociedade civil.

Neste encontro, é debatido, a partir da história, essa relação entre o esporte e os movimentos políticos ao longo dos 125 anos dos Jogos Olímpicos da Era Moderna.



Jadel Gregório: paranaense de Jandaia do Sul, ex-atleta do salto triplo, campeão pan-americano no Rio 2007, três vezes medalha de prata em mundiais, representou o Brasil nos Jogos Olímpicos de Atenas 2004 e Pequim 2008. Durante a carreira, converteu-se ao islamismo.



Fausto Amaro: doutor em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), coordenador técnico e cofundador do Laboratório de Estudos em Mídia e Esporte, pesquisador na State University of New York, em 2016, pesquisador no projeto “Meios de Comunicação, Idolatria, Identidade e Cultura Popular” e no grupo “Comunicação Urbana, Consumo e Eventos”, membro da Sociedade Internacional dos Historiadores Olímpicos e da Red de Historiógrafos de la Comunicación.

ENCONTRO 2

FORA DE CASA: MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

com José Paulo Florenzano, Johnson Macaba e William Douglas de Almeida.

SEXTA-FEIRA, 16 DE JULHO, ÀS 18H.

Quando, em 2012, nas Olimpíadas de Londres, um atleta do Sudão do Sul e dois atletas da ilha de Curaçau participaram dos jogos com a denominação de “atletas olímpicos independentes”, o Comitê Olímpico Internacional (COI) passou a mostrar para o mundo uma realidade presente, mas que até então não era pautada no ambiente esportivo: o acolhimento dos atletas refugiados e apátridas. Recentemente, nos últimos jogos, que aconteceram no Rio, em 2016, pela primeira vez foi apresentada a Equipe Olímpica de Atletas Refugiados, composta, nesta ocasião, por dez atletas.

O encontro debate e reflete acerca de alguns pontos que envolvem o esporte diretamente com as questões dos fluxos migratórios provocadas pelas mais diversas crises ambientais, econômicas, religiosas e sociais de alguns países ao redor do mundo.



Johnson Macaba: ex-jogador de futebol, que veio para o Brasil refugiado de seu país de origem, a Angola. Como jogador, teve passagens por clubes como Goiás, Portuguesa e Juventus, e defendeu a seleção da Angola no Campeonato Africano de Nações, em 2010.



William Douglas de Almeida: doutor pela Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo (EEFE/USP), pesquisador de esporte olímpico com ênfase nos temas centrais que tratam dos atletas imigrantes e refugiados ou apátridas.

ENCONTRO 3

CIDADES-SEDE E AS RUAS DE PROTESTOS

com Aira Bonfim e Fernanda Sánchez.

QUARTA-FEIRA, 21 DE JULHO, ÀS 18H.

Sediar as Olimpíadas costumava ser uma honra pela qual cidades e países batalhavam com unhas e dentes. Entre 2008 e 2017, no entanto, foi possível contabilizar uma série de cidades que rejeitaram o concurso do COI a partir de referendos: Budapeste (Hungria), Davos (Suíça), Hamburgo e Munique (Alemanha) e Cracóvia (Polônia) são alguns desses exemplos.

O terceiro encontro do projeto reflete acerca dos impactos sociais e urbanos nas cidades que propõem sediar os grandes eventos esportivos, assim como os Jogos Olímpicos e Paralímpicos.



Fernanda Sánchez: graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1987, mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1993, doutora em geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), em 2001, membro da diretoria/conselho fiscal ANPUR 2017/19 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, professora associada IV da Universidade Federal Fluminense.

ENCONTRO 4

QUESTÕES DE GÊNERO: ELES, ELAS E NÓS TODES

com Aira Bonfim, Silvana Goellner e Bernardo Gonzales.

SEXTA-FEIRA, 23 DE JULHO, ÀS 18H.

Desde seu início, os Jogos Olímpicos eram configurados como um espaço de espetacularização de corpos performáticos, e mesmo o grande idealizador dos jogos olímpicos da Era Moderna, o francês Barão Pierre de Coubertin, era contrário à participação de mulheres nas disputas, dizendo que elas contribuiriam para a vulgarização desse espaço. Tais informações certamente corroboram para a justificativa da grande desigualdade entre mulheres e homens ao longo da história das Olimpíadas.

Após anos de jogos, alguns paradigmas foram quebrados, as mulheres passaram a estar cada vez mais presentes nas disputas e nas

modalidades, porém, ainda não pode se dizer que sejam respeitadas e equiparadas, em termos financeiros e de patrocínio, aos homens.

O encontro debate e reflete acerca das soluções para a equidade de gêneros e o acolhimento aos atletas LGBTQIAP+ que passam a integrar e figurar cada vez mais nos Jogos Olímpicos.



divulgação

Silvana Goellner: professora aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutora em Educação (Unicamp), com pós-doutorado em Desportos (Portugal), pesquisadora e ativista sobre as questões das mulheres no esporte.



divulgação

Bernardo Gonzales: transmasculino, professor e militante de causas sociopolíticas, em especial as que se referem às pessoas LGBTQIAP+. Jogador de futebol amador, atuou na coordenação e no elenco do primeiro time de futebol de homens transexuais do Brasil e, desde então, propõe reflexões acerca de outras possibilidades de futebolis.

ENCONTRO 5

QUANDO OS MODELOS NÃO CABEM: OUTROS CORPOS e CAMPEONATOS

com Aira Bonfim, Wagner Xavier e Ellen Valias.

QUARTA-FEIRA, 28 DE JULHO, ÀS 18H.

O caráter competitivo da sociedade contemporânea estabelece para cada indivíduo o imperativo de se manter ágil e produtivo, isto é, sempre à altura das exigências profissionais e dentro das expectativas normativas. Embora a essência dos Jogos Olímpicos seja promover a união dos povos e a integração entre as diferentes culturas, esses valores e padrões competitivos e de modelos físicos estiveram (e estão) muito presentes. Diversos movimentos ao redor do mundo lutam por direito à prática esportiva, buscando espaços, adaptando, quando necessário, e, principalmente, resistindo aos preconceitos.

O penúltimo encontro do projeto discute as conquistas e dificuldades desses grupos que não atendem aos modelos preconcebidos para a prática esportiva.



Wagner Xavier: antropólogo que estuda questões de gênero e sexualidade nos esportes. Em termos de formação, concluiu dois pós-doutorados em Antropologia social pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR – 2013-2016, com financiamento Fapesp; 2016-2019, com bolsa Capes) e doutorado em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2008-2012).



Ellen Valias: atleta preta e gorda, cursa Educação Física, pertence ao projeto Rachão Basquete Feminino, ativista sobre o debate contra a gordofobia, racismo e machismo nas práticas corporais e esportivas.

ENCONTRO 6 ENTRE (NÃO) VENCER e TORNAR-SE HERÓI

com José Florenzano, Vanderlei Cordeiro de Lima e Odilon Roble

QUARTA-FEIRA, 30 DE JULHO, ÀS 18H.

Ao longo da história dos Jogos Olímpicos, alguns personagens surgiram como verdadeiros heróis e heroínas, não pelos seus records ou vitórias contundentes, mas sim pelos seus feitos durante suas respectivas provas.

O último encontro relembra alguns desses nomes e seus feitos heroicos, que representaram talvez bem mais que a vitória de seus oponentes para o legado da história olímpica, refletindo sobre os aspectos que envolvem a palavra “herói” através dos casos que serão apresentados.



Vanderlei Cordeiro de Lima: bicampeão dos Jogos Pan-americanos, medalha de bronze nos Jogos Olímpicos de Atenas 2004 e o único latino-americano outorgado com a Medalha Pierre de Coubertin, a maior condecoração de cunho humanitário-esportivo concedida pelo Comitê Olímpico Internacional.

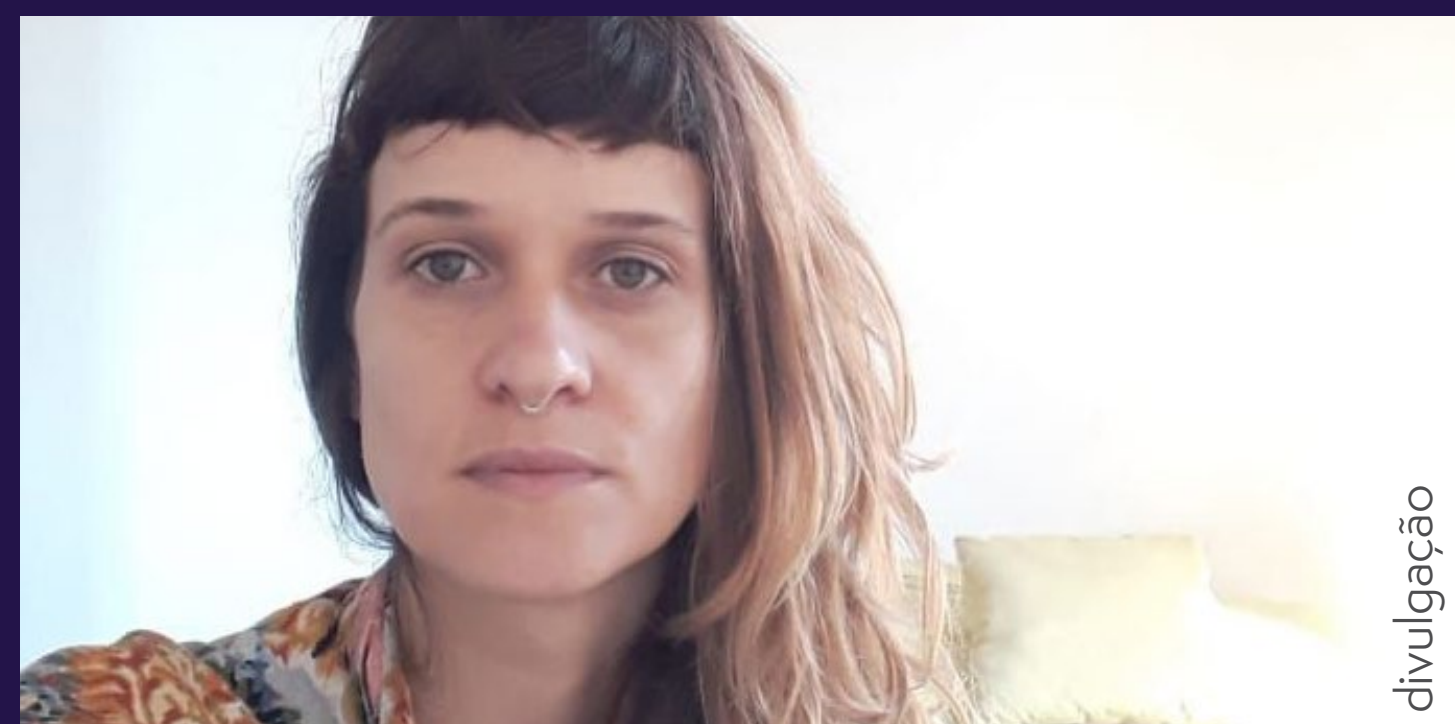


Odilon Roble: graduado em Filosofia, mestre e doutor em Educação, professor do Departamento de Educação Física e Humanidades da Unicamp (IFCH-Unicamp).

CRÉDITOS

Para apoio no processo de mediação sobre os eixos temáticos, artistas foram convidados(as) para a criação de ilustrações que refletem e compõem o Encontro de Estudos Esportivos.

ELAS E ELES SÃO:



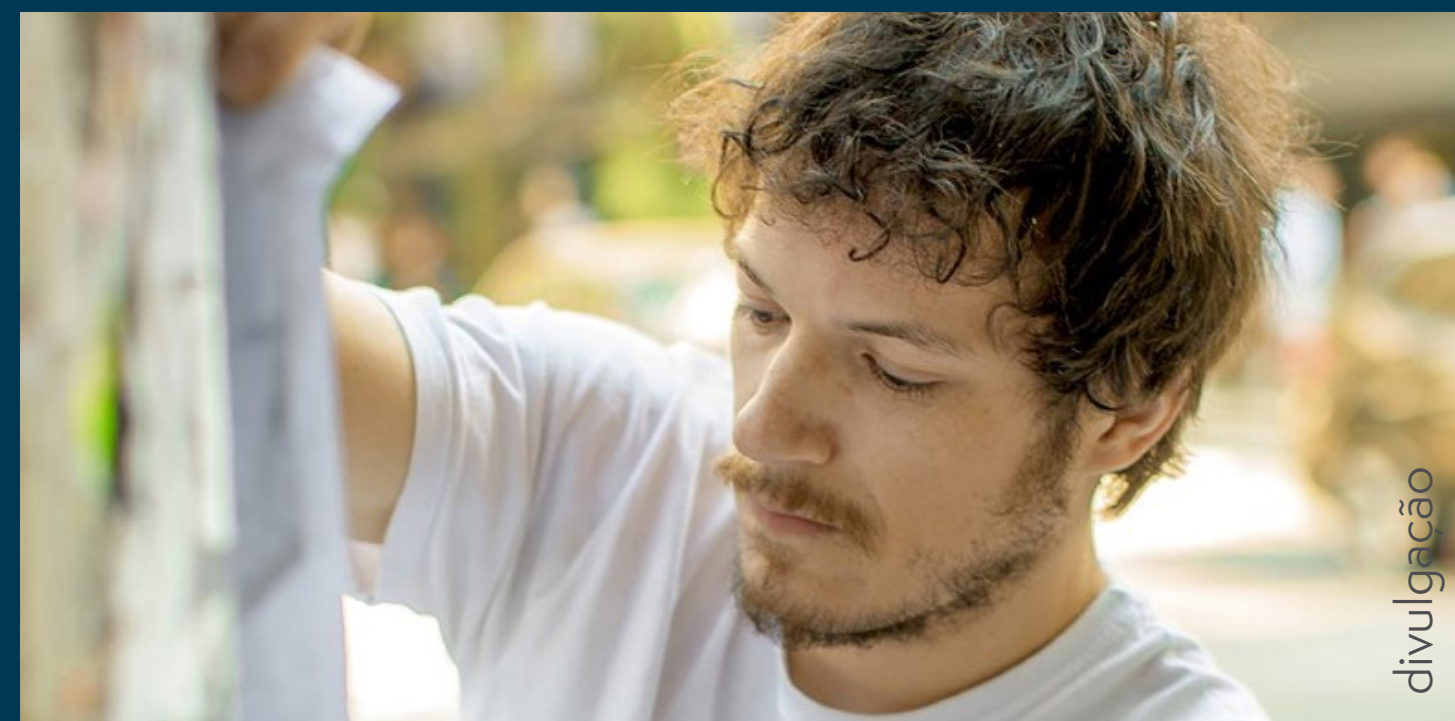
MAG MAGRELA |  /MAGMAGRELA

Atua desde 2007 com seus trabalhos espalhados pelas cidades, sobretudo nas ruas de São Paulo, mas também em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador, Natal, Lisboa, Londres e Nova York. Participou da exposição *Não Trago seu Amor de Volta*, na Galeria KingCap (São Paulo) e *Pindorama in Flames*, na Galeria NYC (Nova York). Em 2018, pintou sua primeira empena, *Fortaleza Cansada*, com 36 metros de altura por 12 metros de comprimento, no Festival Concreto, em Fortaleza. Em 2020, pintou três empenas na cidade de São Paulo, em um prédio localizado no centro histórico, como parte do projeto #Tarsilainspira.



DI MONIQUE NOVAES |  /MONNA.DI

Graduada em artes plásticas pela UniFMU, participou das exposições *É Hora de Voar...*, na Oficina Cultura Regional Gerson de Abreu, Iguape, SP, em 2012; *Pele*, série de nus femininos, no Mirante 9 de Julho, São Paulo, em 2018; *MULHER*, na Casa Jaya, São Paulo, e *PRETAS*, no Mira – Mirante 9 de julho, São Paulo, em 2020.



LUIS BUENO | /BUENOCAOS

Iniciou sua trajetória nas artes no ano 2007 e especializou-se na linguagem do lambe-lambe, unindo arte digital, pintura e colagem. Suas obras já circularam por ruas e galerias de diversas cidades do Brasil e do mundo. Entre seus trabalhos mais conhecidos estão as séries *Pelé Beijoqueiro* (2010) e *os Revolucionários de Cartolina* (2018).



MARCOS RAMOS "ENIVO" | /ENIVO

Graduado em artes plásticas pela Faculdade Paulista de Artes, é também arte-educador, na partilha de conhecimentos e vivências com jovens focados em pesquisar e produzir arte. Sócio fundador da A7MA Galeria, atua como curador e organizador de exposições em sua galeria, representando artistas dentro e fora do Brasil. Participou de exposições como *ATMAN*, A7MA Galeria; *Live Paint*, Sesc 24 de Maio; *Mural Fake News*, Sesc Santana; Harlem Fine Art Show, Nova York; *Public Spaces*, Jackson Junge Gallery, Chicago; *Arte Invisível*, com curadoria de Saulo di Tarso, Oficina Oswald de Andrade, São Paulo.



ANDRÉ FERNANDES | @ANDRE.FERNANDESS.ARTE

André é artista, curador, professor de arte e criador do Quiosco Cultural, um ateliê itinerante que desenvolve projetos especiais com arte por diversas cidades dentro e fora do Brasil. No seu ateliê, em Guararema, SP, desenvolve projetos autorais, como Natural Alma, sua série mais recente. Participou de diversos salões de arte, mostras, exposições e bienais no Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, México, Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, Holanda e França. Como obra de destaque, ressaltamos sua participação na 31ª Bienal de São Paulo com a obra Coisas que não existem no seu Mundo Perfeito.



SÉRGIO CAMPELO | @SERGIOCAMPELOART

Graduado em artes visuais com ênfase em design gráfico pela PUC de Campinas e licenciado em pintura pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, onde também fez o curso de gravura. Atualmente é professor de desenho, ilustração e pintura para alunos e alunas de diversas idades. Sérgio tem participado de diversas exposições no Brasil e no exterior, onde ganhou prêmios como o primeiro lugar de caricatura no 17º Salão de Humor de Cerquilha, SP, 2019, e o primeiro lugar de ilustração no XXI Salão Mercosul Diógenes Taborda 2016, em Buenos Aires, Argentina.

FICHA TÉCNICA

SESC – SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL: Abram Szajman

DIRETOR DO DEPARTAMENTO REGIONAL: Danilo Santos de Miranda

SUPERINTENDENTES

TÉCNICO-SOCIAL: Joel Naimayer Padula

COMUNICAÇÃO SOCIAL: Ivan Giannini

ADMINISTRAÇÃO: Luiz Deoclécio M. Galina

ASSESSORIA TÉCNICA E DE PLANEJAMENTO: Sérgio José Battistelli

GERENTES

DESENVOLVIMENTO FÍSICO-ESPORTIVO: Maria Luiza Dias

ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO: Marta Raquel Colabone

ARTES GRÁFICAS: Hélcio Magalhães

SESC POMPEIA: Monica Carnieto

EQUIPE SESC

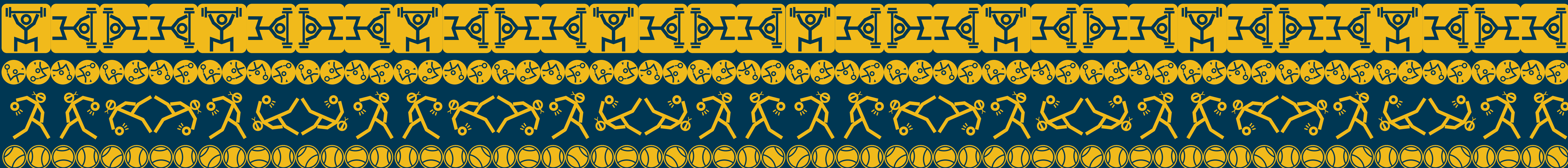
Bruno Ciccotelli, Dante Mikael, Diego Lemos, Doracy Teixeira, Erica Dias, Fernando Amodeo Tuacek, Guilherme Barreto, Marcel Verrumo, Marcio Salles, Mario Augusto Silveira, Odirlei Vieira, Pablo Sanches, Paulo Delgado, Ricardo Oliveira, Rogério Ianelli, Sérgio Pinto, Ubiratan Rezende

CURADORIA: Aira Bonfim, José Paulo Florenzano, Núcleo Físico-esportivo do Sesc Pompeia e André Fernandes (curadoria das ilustrações)

PROJETO VISUAL, DIAGRAMAÇÃO E TRATAMENTO DE IMAGENS: Cassimano

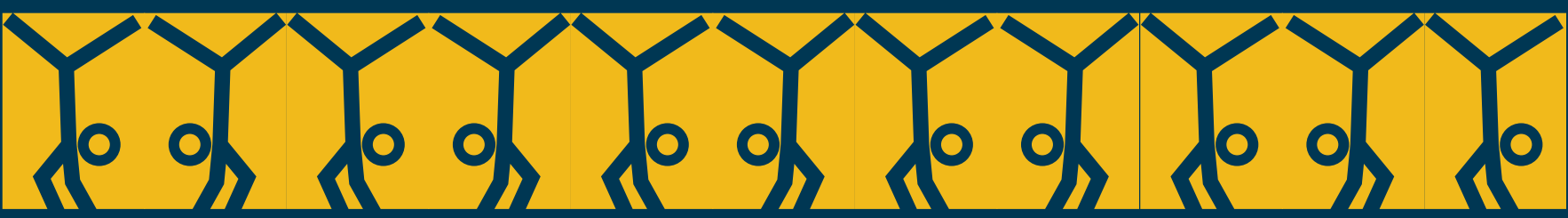
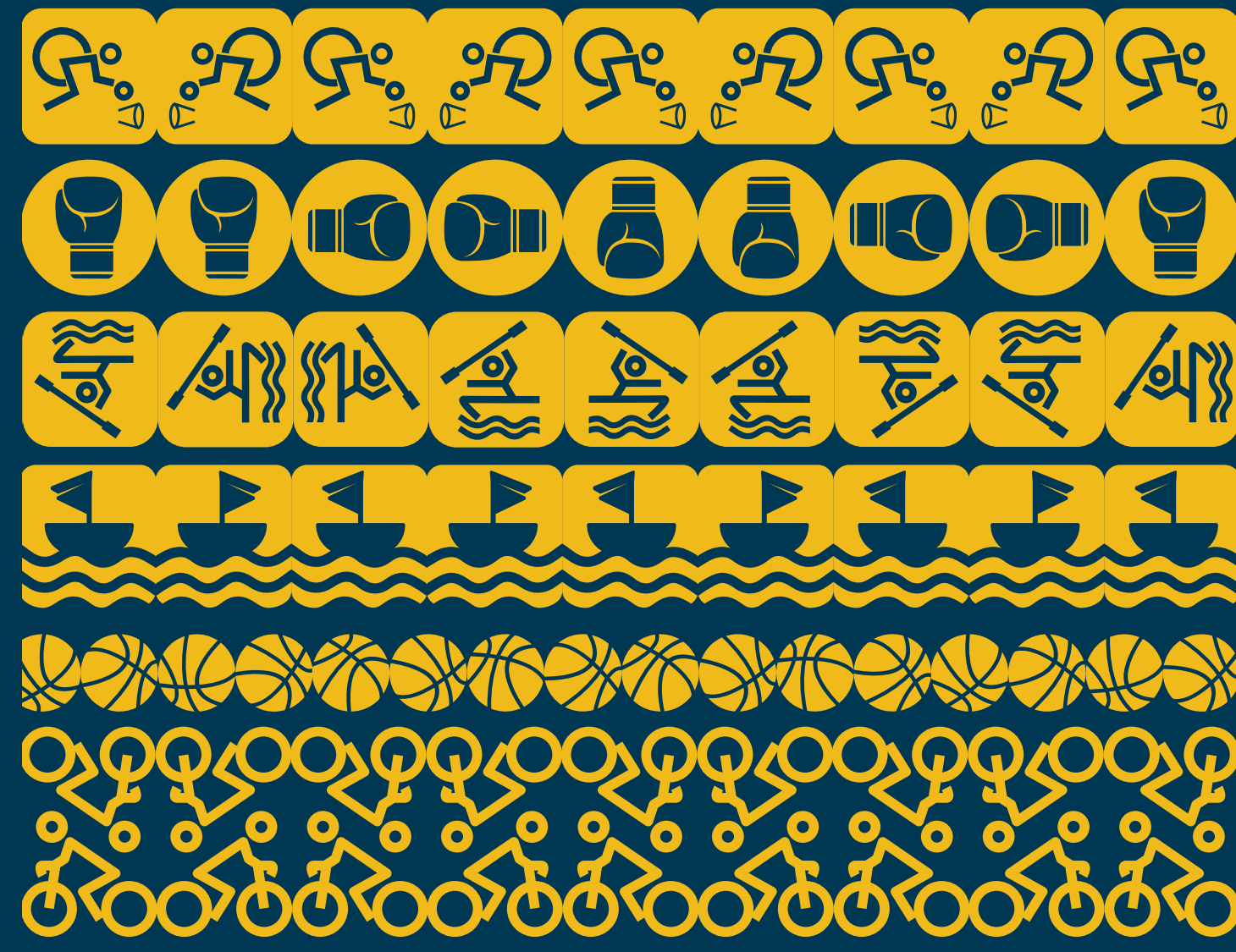
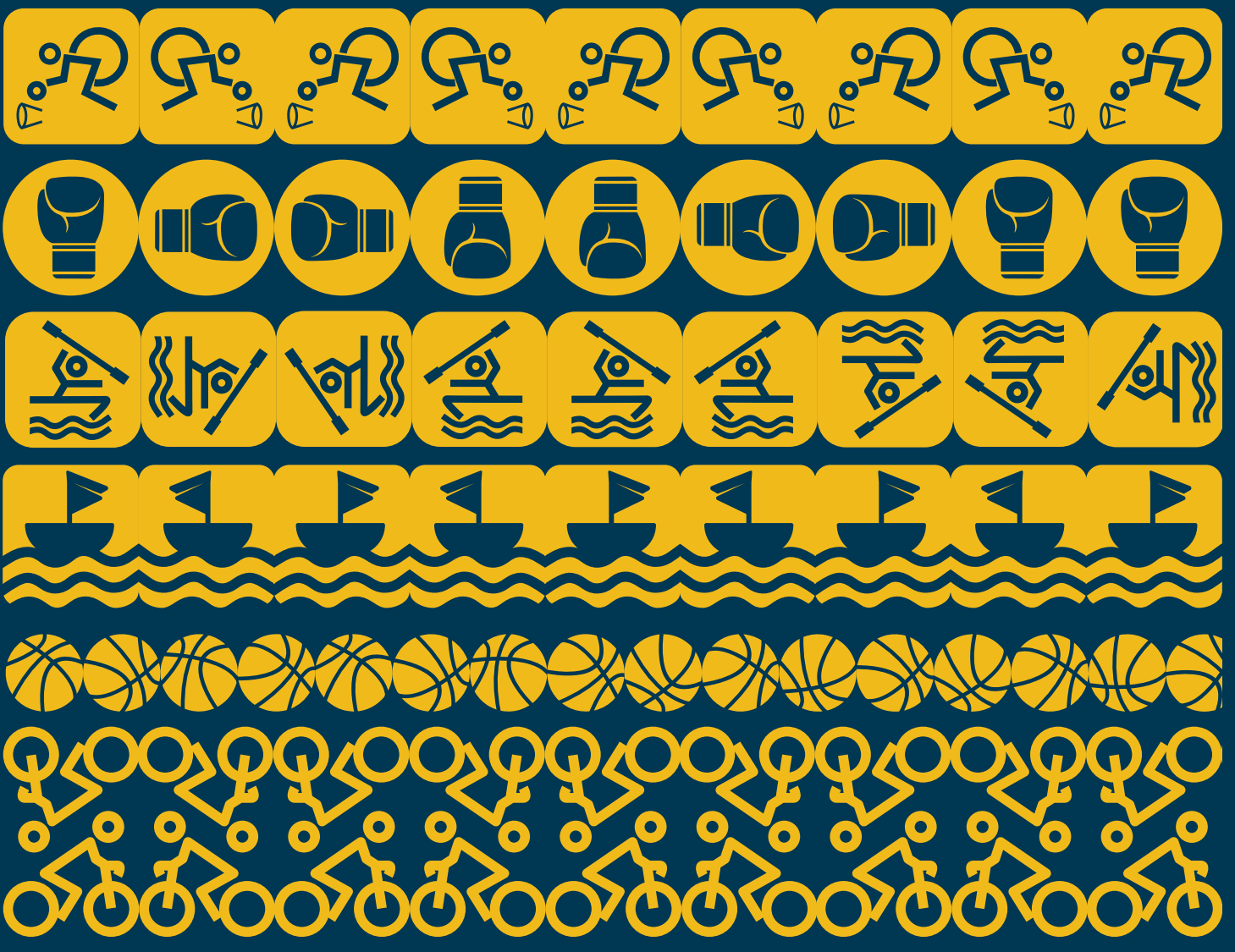
ILUSTRAÇÕES: André Fernandes, Di Monique Novaes, Luis Bueno, Marcos Ramos “Enivo” e Sergio Campelo

MEDIADORES: Ana Paula Feitosa, Bárbara Iara Hugo Cabral Carneiro, Denise Mariano, Ioná Damiana de Souza, Júlio César Pereira Júnior e Paulo Verardi



ENCONTRO DE ESTUDOS ESPORTIVOS

O ESPORTE E AS LUTAS SOCIAIS



-  INICIO
-  MENU
-  EIXO 1
-  EIXO 2
-  EIXO 3
-  EIXO 4
-  EIXO 5
-  EIXO 6

